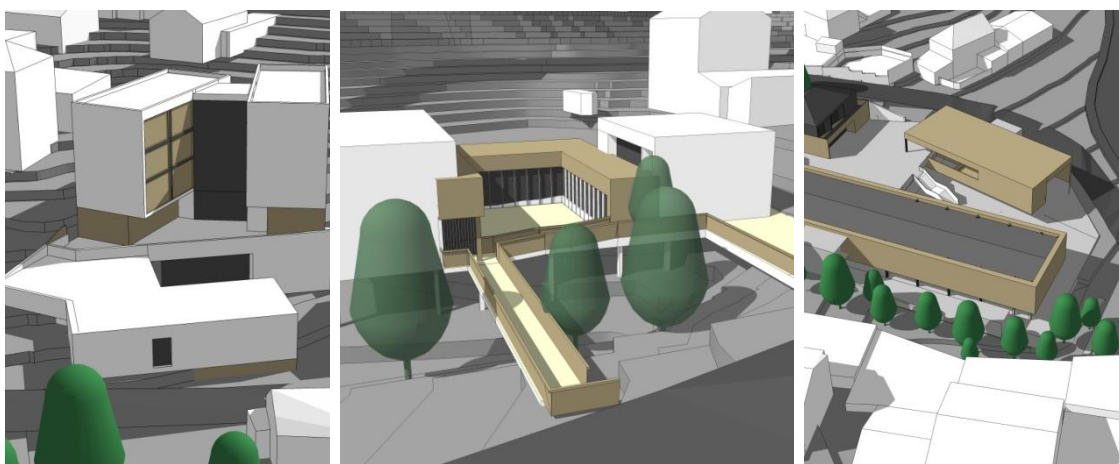


Faculdade de Arquitectura
Universidade de Lisboa

EQUIPAMENTOS PROMOTORES DE SOCIALIZAÇÃO APLICADOS NA REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

Requalificação da AUGI da Quinta da Arroja



Pedro Luís Deodato Ribeiro Mota
(Licenciado)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em:
Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Juri:

Presidente: Doutora Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro

Vogal : Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Lisboa, FA-UL, Dezembro 2013

I.

Resumo

A presente dissertação, que incide sobre o fenómeno das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, tem como objectivo a reflexão sobre os ambientes sociais e psicológicos que conduziram a estes cenários e a proposta de estratégias de intervenção nestes territórios de forma a promover a coesão e interacção social.

Para compreender este fenómeno, e identificar os propósitos que motivaram as acções de construção ilegal, é dado ênfase à análise social das populações impulsionadoras deste tipo de territórios formalmente tão diferenciados dos centros das cidades actuais. Tendo em conta esta disparidade, defende-se o entendimento destes territórios como áreas de oportunidade para uma abordagem urbanística que constitua soluções aos actuais problemas da vida urbana, como a tendência para o isolamento e desvinculação ao local de residência.

É abordado o tema da identidade pela sua importância nos processos de vinculação entre pessoas e entre as pessoas e os espaços. A própria identidade de uma AUGI, pelo seu carácter fragmentado e impreciso, não promove o sentimento de pertença e de comunidade, sendo urgente a intervenção nestes locais.

Os equipamentos colectivos, que fazem parte da proposta de intervenção, são actualmente espaços de encontro das sociedades e apresentados neste trabalho como meios de promoção de interacção entre indivíduos, associados a tarefas de necessidade ou de lazer.

Numa época cada vez mais global, as relações pessoais de proximidade têm um papel diferente nas sociedades, mas mantêm-se fulcrais no desenvolvimento e bem-estar de cada indivíduo. É necessário que nas nossas cidades haja lugar a espaços públicos de escala local, controláveis pela população, para que se socialize em palcos seguros para a interacção e a promoção de acontecimentos.

Palavras-chave: AUGI, Reurbanizar, Equipamentos colectivos, Coesão social

II.

Abstract

This dissertation, which focuses on the phenomenon of Urban Areas Genesis Illegal, aims to reflect on the social and psychological environments that lead to these scenarios, and to propose interventional strategies in these areas in order to promote social cohesion and interaction.

To understand this phenomenon and to identify the purposes that motivated the actions of illegal construction, emphasis is given to the social analysis of the populations who were promoting such territories, formally differentiated from existing town centres. Given this disparity, it is argued that these should be considered areas of opportunity for a discussion of urbanity that constitute solutions to current problems of urban life, such as the tendency for isolation and disconnection to the place of residence.

It approached the issue of the identity for its importance in the processes of connection between people and between people and spaces. The very identity of an AUGI, its fragmented and imprecise characteristics, does not promote a sense of belonging and community, and urgent intervention is needed in these places.

The public facilities, which are part of the proposed intervention, are currently meeting spaces of our society and presented here as a means of promoting interaction between individuals, associated with tasks or leisure and needs.

In an age increasingly global, the personal relations of proximity have a different role in society, but remain essential to personal development and well-being of each individual. It is required controllable public spaces in our cities, where socialization is accomplished with interaction and events taking place in safe environments.

Keywords: AUGI, Reurbanize, Collective Equipments, social cohesion

III.

Índice

I. Resumo	I
II. Abstract	III
III. Índice	V
IV. Índice de imagens e tabela.....	VII
0. Introdução	1
1. Estado da Arte.....	3
1.1 A cidade Informal.....	3
1.2 O enquadramento Legal no caso Português	5
1.3 Situação na Área Metropolitana de Lisboa	9
1.3 Clandestinos	13
1.3.1 Perfil social dos moradores de áreas de génese ilegal	13
1.3.2 Modo de habitar	15
1.4 Casos de Estudo	17
1.4.1 Ludoteca em Bonnaul sun Marne.....	17
1.4.2 Mercado da Vila.....	18
1.4.3 Projecto Urbano do Cacém.....	19
2. A Vida na Cidade.....	23
2.1 As Patologias da Cidade.....	25
2.1.1 Poluição.....	25
2.1.2 Sobredensidade populacional	26
2.1.3 Sobrecarga de estímulos e sobrecarga de informação	29
2.1.4 Isolamento	30
2.1.5 Impacto dos avanços tecnológicos	31
2.2 Identidade	35
2.2.1 Identidade de lugar	37

2.2.2 Identidade urbana	39
3. O Papel da Arquitectura e do Urbanismo	41
3.1 A influência da Arquitectura na interacção Social	41
3.1.1 A Apropriação do Espaço e Criação de vínculos sociais	43
3.2 <i>Defensible Spaces</i>	47
3.2.1 Casos da aplicação dos Espaços Defensíveis	48
4. Estratégias.....	51
4.1 Proposta de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal.....	51
4.2 Situação presente O quê?	53
4.2 Objectivos e princípios das acções Para quê?	55
4.2.1 Melhorar a imagem / Estruturar o território	55
4.2.2 Interacção e integração.....	57
4.3 Procedimentos Como?.....	59
4.3.1 Definição do espaço público	59
4.3.2 Implementação de Equipamentos Públicos	60
4.3.2.1 Centro de Fisioterapia Geriátrico	61
4.3.2.2 Ludoteca.....	63
4.3.2.3 Mercado.....	65
5. Conclusão	67
Anexos	69
A.1 Painéis Finais	
A.2 Maqueta 1:100 Mercado	

IV.

Índice de imagens e tabela

Tabela 1 - Análise quantitativa e percentual das AUGI na AML, Cit por RODRIGUES (2011)	10
Imagem 1 – Vista aérea (Bing Maps), Diagrama da intervenção, Corte, Planta piso 0 (LAN Architecture)	17
Imagem 2 – Vista da rua do Mercado, Corte transversal e longitudinal, Plantas.	18
Imagem 3 – Vista aérea Cacém/Agualva (Bing Maps)	10

0.

Introdução

Com a presente dissertação pretende-se abordar a temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) e sobre estas apontar estratégias de requalificação que promovam a integração destes territórios no contexto urbano em que se insere.

O estabelecimento deste tipo de cidade informal, sem qualquer tipo de planeamento prévio e infra-estruturas básicas, resulta da segregação social das presentes cidades, ao não se conseguir consagrar condições iguais de habitabilidade aos vários tipos de residentes.

Alguns destes territórios informais, apesar de em geral terem conotações negativas, são providos de um ambiente social rico, com fortes relações de vizinhança e um verdadeiro valor de comunidade. Esta realidade opõe-se ao modo de vida característico dos centros urbanos, onde persiste a recusa do contacto humano e o alheamento social, acentuado pelo uso do espaço públicos de modo cada vez mais funcional, em vez de serem vistos como lugar de permanência destinado ao convívio. Apesar de a cidade permitir melhorias técnicas para a qualidade de vida e mais oportunidades para os seus residentes, consegue-o em detrimento de um estilo de vida que carece de relações pessoais.

Para que a cidade não se torne apenas num somatório de espaços funcionais, frequentados isoladamente, é necessário criar condições, que correspondam aos modos de vida actuais, capazes de produzir espaços mais vivos e humanos. Os equipamentos de utilização pública, que constituem pólos de actividade essencial, podem munir os territórios urbanos de espaços adequados para a socialização. A estes associa-se o espaço exterior público pelo seu papel agregador e promotor de permanência e convívio. É sobre estes elementos que a presente dissertação incide, apontando-os como meios participativos na criação de estímulos à interacção social, na geração de vínculos e criação de uma identidade comunitária.

A parte inicial do trabalho apresenta os conhecimentos adquiridos sobre o fenómeno das AUGI (com principal enfoco no caso nacional) de modo a entender os princípios que levaram à sua constituição e as ambições sociais dos seus promotores. São também apontados alguns exemplos que serviram de referência para a elaboração deste trabalho.

Como exemplo singular de construção de cidade (em que os próprios utilizadores do território contribuem para decisões formais das construções e desenho dos limites do território), as AUGI são áreas denunciadoras das situações sociais no tempo da sua implementação. Revelam a segregação a que estas populações foram sujeitas, apesar de em alguns casos ser promovida pelos próprios moradores devido à falta de identificação com os modos de vida da cidade.

A “identidade” revela-se um tópico pertinente para esta dissertação devido ao seu papel na definição de espaços e pessoas, sendo abordado no subcapítulo 2.2. As AUGI não apresentam uma identidade clara de conjunto, mas em cada construção os seus moradores declaram a sua imagem e aspirações.

A parte inicial do capítulo 2 apresenta uma reflexão sobre as problemáticas associadas à vida em cidade. Com o objectivo de apresentar propostas de intervenção, que promovam o equilíbrio entre territórios de génese ilegal e a cidade formal, estes temas justificam-se por elucidar questões sobre as concentrações urbanas, às quais podemos encontrar soluções nos territórios com características similares às AUGI.

Uma vez analisados os problemas presentes nas realidades urbanas actuais, o capítulo 3 incide na investigação de exemplos do contributo da arquitectura e do urbanismo para a resolução, atenuação ou prevenção destas questões sociais, com a abordagem de métodos para a criação de vínculos sociais. No final desse capítulo apresenta-se o trabalho do arquitecto e urbanista Oscar Newman sobre a aplicação de “espaços defensíveis” que promovem a participação das populações na definição e protecção dos espaços partilhados.

A AUGI situada na Quinta da Arroja, em Odivelas, foi o território escolhido para desenvolver o plano de requalificação urbano, tendo como base os princípios abordados nesta dissertação. Nesta área de características ilegais, para além das propriedades privadas, encontram-se vários terrenos abandonados expectantes. A proposta desenvolvida neste trabalho sugere utilização destas áreas para a implementação de alguns edifícios com o objectivo de definir os espaços e as vivências na Quinta da Arroja. Apesar de o plano apresentado se destinar a este território, as estratégias de intervenção apresentadas no capítulo 4 procuram a condensação de princípios gerais de intervenção, podendo ser adaptados nos processos de reconversão de outras AUGI de características semelhantes.

1.

Estado da Arte

1.1

A cidade Informal

As cidades são locais caracterizados pela concentração de pessoas e actividades, onde se encontram oportunidades, condições e modos de vida privilegiados. A vida urbana está, no entanto, dependente de redes de apoio (como abastecimento e saneamento, transportes e telecomunicações) que permitem a coexistência da população sem detrimento da redução da qualidade de vida. Viver em cidade nas condições desejadas impõe custos que podem não estar acessíveis para todos, e o lugar que escolhemos para viver depende muitas vezes da disponibilidade financeira de cada um.

A necessidade de construção de novos edifícios de habitação foi resultado da migração em grande escala da população de territórios menos desenvolvidos/rurais, que procurava melhores condições de vida nos centros urbanos, onde era necessária a mão-de-obra. Já durante o séc. XIX, o êxodo rural, motivado pela crescente industrialização das cidades e o discrepante nível de desenvolvimento entre os dois meios, levou à necessidade de construir alojamentos e acessibilidades para os novos trabalhadores junto às zonas industriais.

A percentagem de população em meios urbanos tem aumentado exponencialmente e, consequentemente, a cidade tem crescido a um ritmo elevado e pouco sustentável. Em 2009 a população mundial em ambiente urbano ultrapassou mesmo a população rural.¹

No entanto, a vaga de migração traz à cidade uma população com um passado de vida distinto dos habitantes aí residentes, pondo em confronto diferentes realidades e pessoas de diferentes estratos sociais. Estes desequilíbrios sociais têm resultados num processo de urbanização, em que às populações mais desfavorecidas acabam por ser apenas acessíveis os aglomerados irregulares situados nas periferias, contribuindo para a segregação social no espaço.

¹ Dados do relatório de 2009 das Prospecções da População Global das Nações Unidas

A emergência em albergar os novos residentes, não previstos (ou ignorados) pelos órgãos dirigentes, acabou por gerar o aparecimento de um mercado habitacional que, para além de não oferecer boas condições de habitabilidade, também não foi sustentado pelo planeamento urbanístico. Surgem edifícios nas periferias construídos de forma ilegal, dos quais resulta um tecido urbano constituído pelo somatório de parcelas particulares individuais, justapostas ou dispersas, nos territórios disponíveis. Estes lugares são edificadas sem infra-estruturas nem serviços suficientes para as populações, podendo levar a situações precárias de habitação.

O modo como evolui e é constituída a cidade informal, depende de vários factores como a topografia do local onde se insere, do ambiente cultural, social dos promotores e construtores, das ferramentas e materiais disponíveis.

A nível mundial, as favelas no Rio de Janeiro são um exemplo peculiar pela sua dimensão e complexidade. No entanto, a marginalização destes territórios, que desenvolvem uma vida própria, paralela à restante sociedade, leva ao seu isolamento. Estes bairros acabam caracterizados negativamente pela insegurança (sentida principalmente por parte dos visitantes) e pelas práticas de actividades ilícitas.

A cidade ilegal é o reflexo da sociedade desigual e segregada, onde nem todos têm direito aos mesmos serviços de uma cidade. Apesar da fragilidade estrutural e das problemáticas existentes, estes territórios não são casos temporários e pontuais, fazem parte do tecido das cidades contemporâneas, não devendo ser ignorados, mas antes integrados nos territórios próximos.

Os estudos sobre a situação portuguesa deste fenómeno foram, principalmente desenvolvidos a nível académico. Durante o período do Estado Novo, enquanto a construção ilegal se encontrava em evolução, o assunto foi, no entanto, ocultado com a proibição da publicação de artigos, reportagens e estudos que abordassem o tema em profundidade.

Para o estudo da situação portuguesa na Área Metropolitana de Lisboa sobre as áreas de génese ilegal, foi realizado em 1983/84 a pesquisa “Conjuntos habitacionais clandestinos na região de Lisboa”², que resultou no levantamento extensivo do fenómeno. Daí foi possível quantificar e caracterizar a ocupação do solo deste tipo e caracterizar a população habitante e promotora destes territórios. Sobre o carácter social deste problema, destaca-se o estudo “Perfil Social e Estratégico do “Clandestino” – Estudo Sociológico da habitação clandestina na área Metropolitana de Lisboa”³. Estes estudos têm sido usados como base de conhecimento a várias dissertações e artigos sobre este tema, realizados posteriormente e foram também referência bibliográfica da presente dissertação.

² por BRUNO, Eugen *et al.* (1984)

³ por FERREIRA, António Fonseca, *et al.* (1985)

1.2

O enquadramento Legal no caso Português

“As leis e a falta de alternativas por parte dos poderes políticos é que são responsáveis pela existência dos clandestinos, não as actividades dos loteadores, elementos essenciais para a concretização do seu projecto.”⁴

Em Portugal, assistiu-se a um processo de urbanização intensa e acelerada, baseado essencialmente em factores económicos e sociais de uma sociedade caracterizada por constantes alterações. Com a industrialização, a produção interna cresceu para taxas inéditas e diminuíram as taxas de natalidade e de mortalidade infantil.

O movimento resultante do abandono de aldeias e localidades do interior do país originou a sobrelotação dos centros urbanos, nomeadamente as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sendo já na década de 40 e 50 conhecidas formas marginais de implantação urbana. Nesse período foram construídos bairros de barracas e paralelamente surgiram edifícios de habitação, sem licença, em terrenos privados.

Com a crescente tomada de consciencialização deste problema, em 1951 foi instituída a figura do licenciamento municipal com a introdução do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), que procura garantir a defesa dos interesses colectivos, de regulamentar a construção de novos edifícios e promover o desenvolvimento correcto dos núcleos urbanos e rurais. Após a entrada em vigor do regulamento, passou a ser exigida a apresentação de pedido de licenciamento municipal para a execução de novas edificações ou de quaisquer obras de construção civil (artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto de 1951).

Em 1965, com o objectivo de combater o aproveitamento indiscriminado de terrenos para construção urbana e as actividades especulativas individuais ou de empresas, é instituída a figura do loteamento urbano com a publicação do Decreto-Lei n.º 46 673, de 29 de Novembro. No entanto esta medida acabou por favorecer as actividades que pretendia impedir. A produção de solo urbano deixou de estar dependente de planos de urbanização realizados pela Administração.

⁴ SOARES, Luís Bruno, *et al* (1985)

O Estado português, a quem cabia a definição dos parâmetros urbanísticos e a aplicação de mecanismos de controlo e planeamento dos usos do solo, mostrou-se incapaz de implementar os programas habitacionais que respondessem às crescentes necessidades das populações e de desencadear acções repressivas que se revelassem eficazes na redução significativa da construção ilegal. A produção de habitação de interesse público estava praticamente limitada a projectos simbólicos, e a produção privada apontava para a renovação e densificação das áreas urbanas consolidadas já servidas de infraestruturas.

A produção legal de habitação dependia da administração urbanística, centralizada e burocrática, de processos de licenciamento de loteamento e construção, rígidos e morosos, e da forte especulação imobiliária. Assim, a escassez da oferta pública e privada de habitação, os baixos rendimentos da população e a disponibilidade de pequenas poupanças para investimento levaram a que parte da população encontrasse no espaço da construção ilegal, uma forma viável de acesso à habitação que respondia às suas necessidades.

O Estado Novo procurou ocultar o fenómeno em expansão, dos então designados “Bairros de Lata e Clandestinos” na Área Metropolitana de Lisboa, ao impedir a publicação de artigos, reportagens e estudos mais aprofundados sobre o tema. Mesmo assim havia consciência do problema e era reconhecido pelo Plano Director Municipal de Lisboa. O assunto ganhou mais visibilidade sobretudo em 1969 com o desmoronamento de um edifício de seis andares, em construção na Brandoa, constituinte de um bairro clandestino que pretendia acolher 15 000 habitantes.

O combate ao fenómeno do loteamento de génese ilegal fez-se através da publicação de legislação exclusivamente repressiva. Pretendia-se defender os compradores menos cautelosos e evitar a criação de núcleos habitacionais contrários a um crescimento urbano racional desprovidos de infraestruturas básicas. Desse modo, em 1973 é publicado o Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de Junho, com o qual passou a ser obrigatório identificar o número e data do Alvará de Loteamento no registo de actos ou negócios jurídicos e foi admitida a declaração de expropriação por utilidade pública dos prédios objecto de loteamento urbano não licenciado. No entanto, a lei continuava a ser possível de contornar e o loteamento sem licenciamento continuou. Nos anos seguintes realizaram-se estudos sobre o fenómeno e foram produzidas novas leis que procuraram reprimir o problema.

Em 1976, com a publicação da Lei dos Solos, a Administração Pública passou a dispor de instrumentos eficazes que permitiram evitar a especulação imobiliária e solucionar problemas habitacionais. De maior contributo para a resolução do problema do loteamento ilegal destacam-se: medidas de expropriação com objectivo de promover o adequado ordenamento do território; a constituição de zonas de defesa e controle urbanos; e a declaração de áreas críticas de

recuperação e reconversão urbanística (entre outras, áreas com falta ou insuficiência de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos sociais, de áreas livres e espaços verdes).

A produção de novos loteamentos de génese ilegal diminui drasticamente após a publicação em 1984 do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro. Este documento, ao determinar que só mediante aprovação camarária é permitida a realização de actos ou negócios que resultem, ou possam vir a resultar, na constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos, impossibilita a venda de parcelas em avos, que em grande parte contribuiu para o fenómeno do loteamento ilegal. No entanto, a maior parte do território afectado continuou por reconverter, devido aos inúmeros entraves que se colocavam no decorrer do processo de reconversão.

Em 1995, devido à ineficácia das medidas existentes e para dar resposta às dificuldades de reconversão, foi aprovada a lei 91/95, de 2 de Setembro, onde é estabelecido o regime excepcional para reconversão urbanística de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

“Consideram-se AUGI os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro, e que, nos respectivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º”⁵

Este documento (que sofre alterações com a publicação da Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro; da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto; e da Lei n.º 10/2008, de 20 de Fevereiro) apresenta normas que contribuem para o conhecimento da realidade deste fenómeno e para a sua reconversão, responsabilizando as câmaras municipais para a delimitação de todas as AUGI e a fixação da modalidade de reconversão das mesmas. Os proprietários ou comproprietários ficam responsabilizados por *conformar os prédios que integram a AUGI com o alvará de loteamento ou com o plano de pormenor de reconversão, nos termos e prazos a estabelecer pela câmara municipal*⁶ tendo também o dever de compartilhar a operação. Em caso de incumprimento, a câmara municipal está autorizada a suspender as redes de infra-estruturas que sirvam as construções dos proprietários e comproprietários que não cumpram o seu dever.

Os procedimentos de reconversão de cada AUGI ficam à responsabilidade das administrações conjuntas (figura criada nos termos do artigo 8º da Lei 91/95), constituídas pela assembleia de proprietários e comproprietários, pela comissão de administradores e pela

⁵ Ponto Número Dois do 2º artigo da Lei nº 91/95, de 2 de Setembro

⁶ Ponto Número Dois do 3º artigo da Lei nº 91/95, de 2 de Setembro

comissão de fiscalização. À assembleia (onde têm assento proprietários, comproprietários e interessados de relação directa nos prédios existentes na AUGI, e em que podem também estar presentes elementos da câmara municipal) compete, entre outras coisas, aprovar o projecto de reconversão a apresentar à câmara municipal, na modalidade de pedido de loteamento e aprovar os orçamentos apresentados pela comissão de administração para a execução das obras de urbanização. A reconversão pode ainda ser de iniciativa camarária, com ou sem apoio da administração conjunta.

Para os actos de reconversão, a Lei 64/2003, de 23 de agosto (que revoga Leis, 91/95 de 02.09 e 165/99) estabelece um regime de medidas de natureza excepcional tendo em vista a adaptação à situação existente. De relevar que é estabelecido que, em situações onde pode estar em causa a viabilidade da reconversão, é permitido o incumprimento dos parâmetros urbanísticos (áreas de terreno destinado a espaço público e zonas verdes, infra-estruturas viárias e equipamentos) aplicados ao loteamento.

1.3

Situação na Área Metropolitana de Lisboa

“As cidades actuais sofrem uma fragmentação que lhes retira urbanidade. As cidades informais, como as Áreas Urbanas de génese ilegal constituem um caso paradigmático da urbanização, onde a fragmentação é elevada. Em Portugal, o desenvolvimento industrial foi tardio (e pouco representativo, em comparação com os registados em França ou em Inglaterra), mas importante num contexto nacional e a partir da segunda metade do século XIX irromperam, com maior intensidade, os efeitos da industrialização, constituindo num “catálogo de problemas comuns às outras cidades oitocentistas”

Manuel Teixeira, *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*⁷

O fenómeno de construção clandestina encontra-se pelo país em diversas formas e localizações, mas apresenta maior expressão na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde o impacto social, económico e urbanístico clandestino está mais presente. Actualmente estão classificados como Área Urbana de Génese Ilegal 9 259 ha de terrenos, tendo sido superior a 15 000 ha antes do processo de legalização de alguns destes territórios. A urbanização clandestina constituiu uma das principais formas de expansão urbana na AML.

Estas operações clandestinas levaram a uma profunda transformação das propriedades, com a subdivisão em pequenas parcelas e a alteração do uso do solo. Este passou do uso agrícola ou florestal tradicional a urbano ou peri-urbano. No entanto, a prática de atividades agrícolas persistiu em algumas parcelas pela produção de pequenas hortas no espaço do lote não destinado à construção.

O principal atractivo deste tipo de loteamento é o baixo preço a que os terrenos são vendidos comparativamente ao mercado legal, garantindo grandes lucros ao promotor. No entanto, o custo reduzido devia-se à falta de investimento em obras de urbanização e as parcelas vendidas não dispunham de infraestruturas de saneamento, nem de equipamentos colectivos.

Numa primeira fase, entre o início da década de 1950 e o final da década de 1960, este tipo de mercado barato potenciou o alastramento do espaço de construção ilegal na zona Norte da

⁷ Cit. por CAÇOILA (2007), pg. 75

AML. Também processos de reconversão de áreas de ocupação ilegal dentro da cidade de Lisboa levaram à migração desses moradores despejados para territórios a Norte da capital.

É a partir da década de 60 que o fenómeno das Áreas de Urbanas de Génese Ilegal se desenvolveu na margem Sul do Tejo. Surge sobretudo através do loteamento de génese ilegal que, em grande parte, é mantido desocupado durante muito tempo por se destinar a habitação de segunda residência ou para futuro investimento. Este procedimento resultou numa estrutura urbana descontínua e mal preenchida, carente de urbanização e ligação ao meio envolvente. A ocupação desta região deveu-se à saturação demográfica do primeiro anel em redor do município de Lisboa e o aumento dos preços das habitações na sua periferia imediata. Este processo também foi possível devido à construção da ponte 25 de Abril (à data ponte Oliveira Salazar), no ano de 1966, que diminuiu consideravelmente a distância relativa entre essa margem e a capital.

A população em AUGI encontra-se maioritariamente distribuída nos concelhos Norte da AML (quase três quartos da população total a habitar em AUGI). Dados de 2011 apresentam Odivelas (concelho criado em 1998 com a divisão de Loures) como o concelho com maior percentagem do seu território considerado AUGI (tabela 1). No entanto, devido às operações de loteamento ilegal de grandes áreas na margem Sul do Tejo, é aqui que se encontra a maior área de território ilegal.

Concelho	n.º de AUGI	Área média por AUGI (ha)	Área total de AUGI	Percentagem área de AUGI (%)
Alcochete	2	11,5	23	0,2
Almada	39	35,5	1396	19,9
Amadora	13	14	181,8	7,6
Barreiro	36	7,5	269,3	8,4
Cascais	115	6,5	750	7,7
Lisboa	10	2,3	22,9	0,3
Loures	137	6,7	916	5,4
Mafra	2	13	26	0,1
Moita	22	8,4	183,9	3,4
Montijo	22	2,6	57,8	0,2
Odivelas	96	7,6	727,9	27,4
Oeiras	10	35,9	358	7,8
Palmela	25	29,1	789,9	1,7
Seixal	60	31,2	1872,2	19,6
Sesimbra	16	12,6	202,4	1,0
Setúbal	39	4,2	162,8	0,8
Sintra	102	8,8	892,5	2,8
Vila Franca de Xira	42	10,2	426,3	1,3
Área Metropolitana de Lisboa	788	12	9259	3,1

Tabela 1 - Análise quantitativa e percentual das AUGI na AML, Cit por RODRIGUES (2011)

As diferentes características das AUGI localizadas a Norte e a Sul do Rio Tejo levam a diferentes estratégias urbanísticas, políticas e de gestão dos territórios dos municípios. A Norte

localiza-se o loteamento mais antigo e mais edificado onde os habitantes vivem sem infraestruturas urbanísticas, sem equipamentos colectivos, com maus acessos e com ineficientes redes de transportes. A Sul, o loteamento não apresenta iguais níveis de edificação, sendo a preocupação anular o crescimento ilegal dessas áreas.

1.3

Clandestinos

1.3.1 Perfil social dos moradores de áreas de génese ilegal

Os moradores e impulsionadores das AUGI fazem parte de uma população, maioritariamente originária de zonas rurais, que não encontrou soluções de habitação no mercado legal disponível na cidade de destino. Quando se instalaram nas zonas periféricas da cidade, desenvolveram uma forma própria de adaptação a um território desconhecido com suporte nos modelos do seu passado histórico e social.

A primeira geração de habitantes apresenta várias características de identidade social semelhantes. A maioria nasceu em aldeias ou locais isolados, com nível de escolaridade baixo, cujos progenitores se dedicavam a actividades ligadas ao sector primário. Tal como os seus pais, tiveram um início de vida com tarefas de maior exigência em termos físicos, como trabalhos agrícolas ou em oficinas.

Os edifícios em que habitavam eram geralmente moradias unifamiliares com espaço exterior alargado, onde a família tem um papel determinante no modo de vida e na estrutura social. Em alguns exemplos da população migrante, encontram-se casais recém-casados na aldeia que procuravam iniciar um novo ciclo de vida mais próspero nas cidades, constituindo aí família.

Com um baixo nível de potencial económico, cultural e social e a impossibilidade de uma elevada promoção social, o mercado legal acabava por ser incompatível com o modelo de vida que esta geração migrante tinha interiorizado, onde a família e a habitação unifamiliar ocupam um lugar de destaque. Foi no processo de construção clandestina que a aspiração individual da população recém-chegada encontrou resposta adequada às suas possibilidades. Apesar de conscientes da ilegalidade das suas acções, o passado de cultura rural dos novos habitantes causou maior distanciamento das normas institucionais. Tendo em conta as suas necessidades, e perante a situação de ilegalidade generalizada, estas são desvalorizadas quando avaliadas face à lei moral,

Nos anos 60, esta população migrante passou de camponeses a operários e formalizou o crescimento urbano da cidade. No entanto, não o fez "urbanizando" o rural, como é frequente observar nas zonas legais, mas "ruralizando" o urbano, ao construir à imagem dos modelos que tinha presente do território que deixou. A moradia unifamiliar é a tipologia mais desejada (frequentemente provida de espaço para hortas e jardim) que por vezes, conforme o capital disponível, foi edificada de modo faseado e recorrendo à auto-construção. São consideradas um

projecto de família que contribui na organização e definição do processo de construção, havendo apoios das gerações anteriores (sobretudo financeiro, com empréstimos, doações e antecipações de heranças) com o intuito de criar património e estabilidade para as gerações presente e futura.

A construção ilegal é muitas vezes apoiada por uma rede de solidariedade e cumplicidade entre moradores clandestinos e os vários intervenientes participantes na construção e aquisição do lote. Vizinhos, amigos ou colegas de trabalho participam nesta rede com a troca de serviços e com o apoio nas várias fases da construção (de modo gratuito ou não). O loteador, que assume um papel fundamental no processo de contorno à legalidade (pela rede fraudulenta de subornos a elementos das forças policiais e agentes camarários), facilita a aquisição do terreno com preços acessíveis e flexibilidade de pagamento.

Tendo em conta que os moradores originais das AUGI estariam numa situação de grande instabilidade, por não terem uma habitação na cidade que os recebeu, é normal que possuir um espaço próprio fosse um dos seus principais objectivos. A sua casa tem grande valor simbólico por representar as melhorias de condições de habitação conseguidas, e é visto por alguns como o limiar de aspirações possíveis, devido às dificuldades em progredir a outros níveis da vida social pela sua falta de habilitações e diferenças culturais marcantes. Noutras situações, estas residências são construídas por emigrantes portugueses, ou outros trabalhadores em situação estável, que pretendem uma residência que corresponda às suas aspirações (como moradores em apartamentos que ambicionam desfrutar de uma moradia).

Por ser obra de carácter ilegal, existe grande liberdade na concepção e construção do edifício, além de maior disponibilidade de terreno. Os proprietários, responsáveis por praticamente todo o processo da obra, acabavam por expressar grande satisfação e orgulho na sua habitação apesar da falta de infraestruturas. Este alto nível de participação no processo de construção conduz a uma valorização afectiva superior ao valor real da obra, e a um modo de apropriação simbólica que se sobrepõe a uma apropriação mais funcional do espaço.

O facto de possuírem a sua própria moradia unifamiliar, que se trata de uma tipologia difícil de encontrar no mercado legal, acarreta igualmente grande valor figurativo na representação da ascensão social à qual a condição de origem podia não prever. Esta tipologia permite um modo de apropriação e um modelo de habitar que segue as aspirações das populações vindas de meios rurais. O espaço exterior permite o prolongamento do fogo e garante privacidade, independência e autonomia.

Verifica-se a tendência para o isolamento pessoal e familiar nos limites do espaço criado. A moradia consegue ser local das várias dimensões e espaços da vida quotidiana (como o trabalho, lazer e convívio familiar), tornando os moradores quase auto-suficientes em detrimento da constituição de uma rede alargada de relações sociais e uma aposta na mobilidade profissional.

A sobrevalorização do espaço privado, com a casa como projecto principal e estruturador do modo de vida, leva à desvalorização do bairro e das redes de vizinhança. A preferência pelo modelo de habitat em moradia, revela a atitude de rejeição que os clandestinos têm em relação aos modos de vida urbano e a necessidade de afirmação de um modo de vida rural na cidade.

A casa é tida como um importante objectivo de vida onde está representado todo o esforço e sacrifício feito para conseguir melhores condições. É assim justificado o facto de ter abandonado a sua “terra” para trabalhar e acumular poupanças para atingir os seus projectos.

1.3.2 Modo de habitar

O modelo da moradia é um modelo de habitat desejado por permitir privacidade e independência aos moradores. Este carácter de exclusividade, mas também segregador da moradia, leva a entender este modelo como indicador de valorização e promoção social.

Alguns dos promotores e moradores deste tipo de habitação clandestina, após o êxodo rural, viveram em apartamentos (habitação colectiva) que não correspondia às suas aspirações de habitação. Com a construção da moradia, existe uma rejeição do modo de vida urbano e um sentido de modo de vida rural como espécie de regresso às origens.

Em oposição ao apartamento, espaço onde se sente fechado e constrangido pelos vizinhos, a moradia permite maior movimento, calma e o aproveitamento do espaço exterior para a execução de diversos trabalhos nos tempos livres. Em vários casos, são desenvolvidas actividades paralelas de utilidade económica, como oficinas e hortas, que ajudam no sustento da família, e sendo acções de realização pessoal, contribuem também para um sentimento de valorização pessoal.

“Desde a concepção à apropriação, a moradia é feita e “praticada” à medida do “eu” pessoal e familiar, protegendo e preservando este espaço da invasão ou perturbação exterior. A liberdade, a autonomia, o “estar à vontade” têm este sentido de marcação/construção de um espaço individualizado, de uma “reserva familiar” onde se organiza, sem intromissões, a vida quotidiana familiar, onde cuidadosamente se seleccionam os contactos sociais e se estabelece o limite entre público e o privado”

Teresa Costa Pinto, *Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da Construção clandestina do habitat*⁸

O interior da moradia também apresenta o claro desejo de distinção entre espaço privado/público (ou privado/colectivo) tal como espaço funcional/simbólico: a sala-de-estar localiza-se

⁸ PINTO, Teresa Costa (1998), p. 38

geralmente na parte da casa mais próxima do acesso público e a cozinha na zona oposta, mais reservada. Esta organização não segue muitas vezes princípios funcionais, mas sim *modelos culturais que coloca a vida prática fora do espaço público da casa*⁹. A cozinha é considerada o espaço funcional de organização da vida quotidiana da família, concebida com grande cuidado na sua dimensão e localização, para ser usada em múltiplas actividades e em diferentes tipos de apropriação. A sala-de-estar é concebida como espaço montra de uso não quotidiano, como espaço de recepção a amigos e convidados e para ocasiões especiais. É mantida de modo imaculado para ser vista em vez de usada, onde os moradores expõem a imagem que querem dar de si próprios.

É perceptível, no caso da habitação clandestina, um especial cuidado na imagem da casa e no lado simbólico dos elementos utilizados. Para além de espaço para viver, a casa é um instrumento de projecção social ao expor a imagem que os moradores têm e querem transmitir de si. Este aspecto é particular no caso dos moradores em áreas ilegais, devido à falta de restrições, pelo menos legais, e pelo papel activo dos moradores na concepção e construção das habitações. São assim obras muito peculiares de expressão pessoal.

⁹ HAUMONT, N., *Les Pavillonnaires*, Paris CNRS, p. 100, Cit. por Pinto (2008)

1.4

Casos de Estudo

1.4.1 Ludoteca em Bonneuil sur Marne

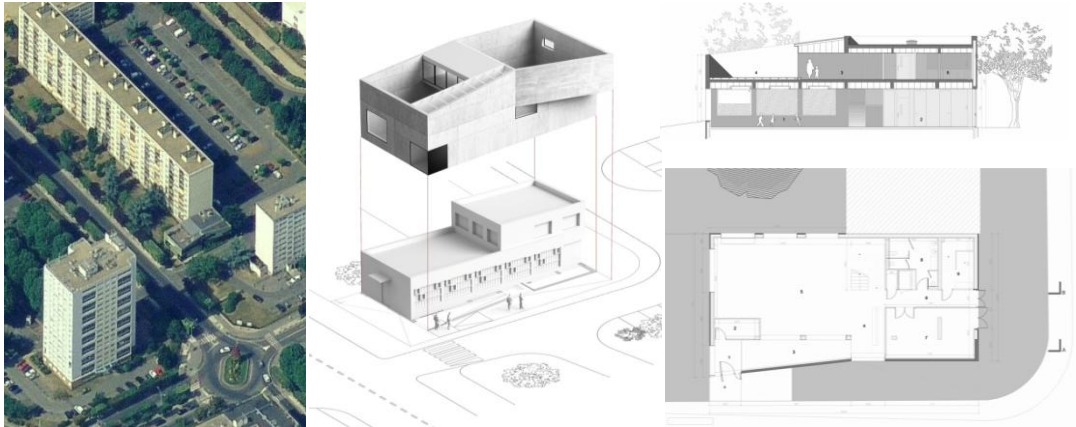


Imagem 1 – Vista aérea (Bing Maps), Diagrama da intervenção, Corte, Planta piso 0 (LAN Architecture)

Programa: Renovação de edifício existente, Ludoteca

Localização: Bonneuil-sur-Marne, França

Data do projecto: 2006

Cliente: Município de Bonneuil-sur-Marne

Custo: € 520 000

Área Bruta de Construção: 380 m²

Estado: Construído

Projecto: LAN Architecture, Cabinet MTC

O desafio lançado ao *atelier* LAN Architecture tinha como objectivo a reconversão de um edifício anteriormente destinado a escritórios e armazéns em Bonneuil-sur-Marne, na periferia de Paris. O edifício está implantado numa área ocupada maioritariamente por edifícios de habitação social da década de 60, tendo havido a preocupação de converter o edifício num equipamento público de apoio à população moradora. Foram-lhe atribuídas funções de Ludoteca, onde crianças, e a restante população, têm acesso a um espaço reservado à interacção entre indivíduos através dos vários jogos disponíveis e das diversas actividades aí desenvolvidas.

Pretendeu-se criar um edifício que se destacasse no seu contexto e facilmente fosse reconhecido. Para tal, foi introduzida uma nova fachada autoportante de forma rígida justaposta ao antigo edifício, que cria uma casca protectora para o seu interior. Esta pele permite a mutação da construção e a criação de um novo espaço de transição entre o interior e exterior do edifício.

1.4.2 Mercado da Vila

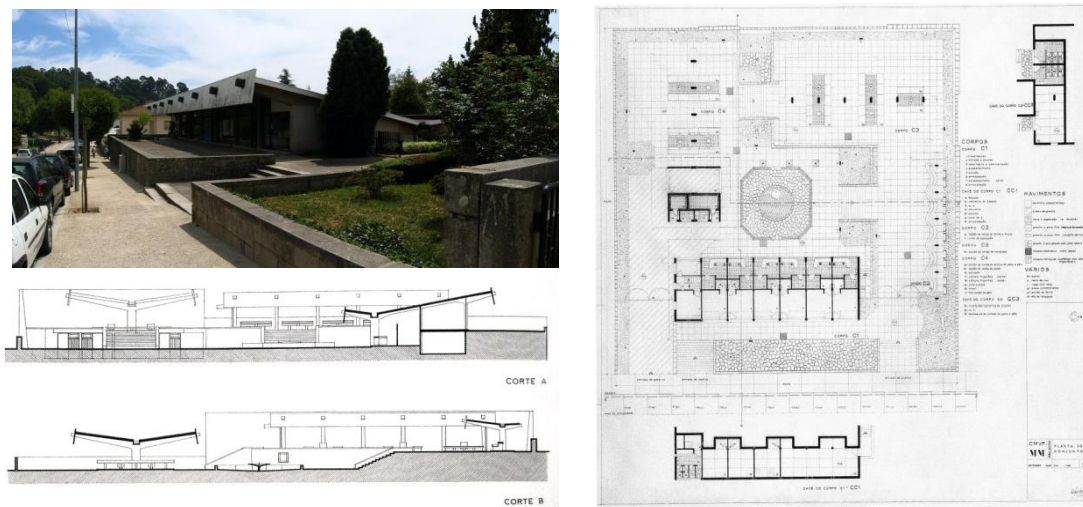


Imagem 2 – Vista da rua do Mercado, Corte transversal e longitudinal, Plantas.

Programa: Mercado

Localização: Santa Maria da Feira, Portugal

Data do projecto: 1953

Cliente: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Área Bruta de Construção: 380 m²

Estado: Construído

Projecto: Arq. Fernando Távora, com colaboração de Alberto Neves, Álvaro Siza e Fernando Lanhas

A organização do edifício do Mercado da Vila desenvolve-se em quatro corpos de diferente volumetria, dispostos em dois níveis de modo a envolver o espaço central de estar, marcado por uma pequena fonte.

Como a rua limite e de acesso ao mercado apresenta um perfil inclinado, foram introduzidas duas entradas que estabelecem ligação entre essa mesma rua e os diferentes níveis presentes no projecto. Entre elas desenvolve-se uma plataforma sobre a qual surge o bloco principal do mercado. Para além de evidenciar uma leitura horizontal desde a rua, este elemento sugere uma ideia de protecção do mercado e do seu pátio interior.

As diferentes cotas em que o projecto se desenvolve, dinamizam o espaço e permitem desfrutar de vistas e percursos diferenciados, remetendo para uma concepção espacial liberta do espírito do movimento moderno, direccionando-se mais para uma atitude integradora da envolvente.

1.4.3 Projecto Urbano do Cacém

Programa: Requalificação urbana

Localização: Cacém, Sintra, Portugal

Data do projecto: Início 2001

Cliente: CacémPolis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S.A.

Requalificação de 107 500 m² de espaço público

Valorização e criação de 129 195 m² de parques urbanos

Criação de 1 500 m de percursos cicláveis

Construção de 16 250 m² de estacionamento subterrâneo

Construção de uma área edificada de 14 746 m² (equipamentos/comércio/habitação)

O projecto urbano do Cacém, que se iniciou com a elaboração do plano de Pormenor do *atelier* Risco, é aqui apresentado por propôr uma intervenção num território análogo à Quinta da Arroja. Esse território, para além de ter sido edificado sem o apoio de instrumentos urbanísticos, apresenta características ambientais (como o cursos de água) e problemas (as infra-estruturas marcando barreira e maus acessos) semelhantes. O plano desenvolve-se na ligação entre Cacém e Agualva, ao longo da qual atravessa a Ribeira das Jardas e se localiza a Estação Ferroviária do Cacém.

A construção da via rápida Lisboa-Sintra (IC19) promoveu o fácil acesso ao Cacém e menor dependência da via-férrea. No entanto, acabou por contribuir para transformação desta zona num “dormitório” (fenómeno que se iniciou na década de 1960), ao deflagrar um processo de construção sem resposta urbanística adequada.

A zona de intervenção é composta predominantemente por edifícios de habitação construídos ignorando os problemas provocados pela alta densificação. O processo de abertura de vias foi realizado por questões meramente funcionais para viabilização das construções e, por isso, sem um desenho urbano qualificado com atenção à promoção de espaços públicos.

Apesar da existência de duas barreiras expressivas (a Ribeira das Jardas e a linha ferroviária) os aglomerados do Cacém e da Agualva apresentam grande proximidade física, e no entanto ainda nenhuma intervenção tinha sido feita para que pretendesse articular as duas zonas habitacionais.

O leito de cheias da Ribeira das Jardas foi sendo progressivamente obstruído e a Estação Ferroviária do Cacém carecia de alternativas de acesso pedonal à envolvente urbana (muitas vezes o atravessamento de peões era feito sobre a própria linha férrea). Apesar da localização fulcral entre aglomerados urbanos e da presença do importante nó de acesso, em termos formais

e funcionais, este local não se constituía como centralidade na relação com os espaços públicos envolventes.

A proposta urbana apresentada pretendeu dar resposta à necessidade de estruturar urbanisticamente esta área. Para além de propôr a requalificação do desenho urbano e do espaço público, defende o desenvolvimento da função de centralidade do lugar pela implementação de uma área de comércio e de serviços.

Ao longo do processo de implementação do plano, este tem sofrido vários ajustamentos, tendo em conta factores financeiros, sociais e alterações das premissas iniciais. Com a introdução do plano no Programa POLIS aumentaram as aspirações do projecto, pois estiveram disponíveis mais recursos financeiros e foi possível uma maior articulação entre os projectos das várias especialidades (projecto hidráulico, ferroviário e da IC19). Foi também criada, e sediada no local, a estrutura de gestão específica para este projecto urbano (CacémPolis), com intuito de facilitar a interacção dos vários agentes participativos e garantir a gestão dos recursos financeiros, aplicados em projectos e obras, para o cumprimento dos objectivos do plano. Ao nível social, este órgão teve um importante papel no esclarecimento e envolvimento da população em questões como o processo das obras ou o realojamento habitacional.



Imagem 3 – Vista aérea Cacém/Agualva (Bing Maps)

Actualmente, a concretização do plano encontra-se ainda em desenvolvimento. Devido à inviabilidade financeira de algumas das acções propostas, principalmente pela dificuldade em captar investidores privados, vários projectos não estão ainda consumados. Encontra-se por

construir a praça central destinada a actividades terciárias e o hospital. Enquanto não prosseguem novas obras, os terrenos expectantes são reservados para estacionamento automóvel.

Sobre a intervenção já realizada, é claro o investimento feito para o melhoramento das vias de acesso e ligação entre as duas povoações. Também o parque público que se desenvolve ao longo da Ribeira das Jardas já está acessível e, junto a este, encontra-se construído, desde 2006, um jardim-de-infância projectado pelo *atelier* NBAA. Os espaços públicos revelam grande aceitação por parte da população que usa o parque para actividades de lazer, mas também como zona de atravessamento entre as povoações. Para além do contributo dos elementos naturais na melhoria da imagem da cidade e da qualidade de vida, a sua utilização demonstra a necessidade deste tipo de espaços públicos livres de tráfego automóvel, nestes territórios construídos sem planeamento.

Reurbanizar é um processo demorado devido ao tamanho e complexidade da acção. As partes constitutivas do plano são construídas de modo faseado à medida que são garantidas condições sustentáveis para a sua construção. Esta circunstância permite que sejam introduzidas modificações ao plano tendo em conta as alterações sociais e as respostas da população às construções já implementadas.

2.

A Vida na Cidade

Os seres humanos impõem exigências contraditórias à cidade, A cidade tem que ser pátria e máquina, lugar de anonimato e de identificação; deve proteger e dar possibilidades, deve ser espaço de diferença e de reconhecimento.

Daniel Innerarity, *O Novo Espaço Público*

O conceito de cidade tem sido utilizado em vários contextos ao longo da história, e a própria cidade tem sofrido alterações desde o seu surgimento entre 3000 e 2500 anos A.C.. A cidade pode ser um território de limites claros (como as cidades medievais cercadas por muralhas) ou um território que se funde com o território natural.

É difícil de definir o termo cidade por ser utilizado para descrever realidades, temporalmente e fisicamente, tão distintas. As cidades têm diversas formas, densidades, tempos e localizações que obviamente têm impacto nas vivências que aí ocorrem. Em comum partilham o sentido de aglomeração de população e de actividades.

No último século assistiu-se ao aumento da população urbana que levou à mudança brusca de habitat e modo de vida do ser humano, que se revela um desafio aos nossos limites de adaptabilidade. Habitar na cidade é cada vez mais uma experiência artificial onde a paisagem é controlada pelo ser humano. À cidade tudo chega por meios intermediários e várias redes de abastecimento de recursos, dos quais os habitantes são dependentes (água, alimentos, energia, etc.).

As alterações dos modos de vida, pela transformação do ambiente em que vivemos, levam estudiosos a questionar-se sobre a possibilidade de estarmos a criar um ambiente que, apesar de parecer mais evoluído e gerador de melhor qualidade de vida, estará antes a ser causador de patologias e instabilidade emocional nos seus ocupantes.

Ao longo da evolução do ser humano nunca se assistiu ao anonimato urbano agora característico dos centros urbanos, onde milhares de espécimes coexistem e se ignoram

mutuamente. Será este alheamento um aspecto positivo na nossa evolução? O ser humano continua a precisar de uma rede social de apoio que lhe proporcione relacionamentos directos, mas estamos a alterar os nossos comportamentos em detrimento de uma vida em cidade.

2.1

As Patologias da Cidade

Na vida em cidade somos sujeitos a situações prejudiciais para o nosso bem-estar. No entanto, a prevalência contínua destas perturbações no nosso dia-a-dia leva-nos a ignorar o problema sem nos apercebermos dos seus malefícios. Numa cidade em constante alteração e, em alguns casos, em constante crescimento, os limites psicobiológicos do ser humano e a sua capacidade de adaptação são postos à prova.

Esta visão mais pessimista sobre os centros urbanos teve início, pelo menos, no século XVII com as análises das vagas de migração do campo para a cidade. O impacto da experiência da cidade na população revela grande interesse na investigação sociológica, da qual surgem teorias preocupadas com distanciamento emocional e o enfraquecimento dos vínculos social (como abordado nos trabalhos de Georg Simmel e Louis Wirth).

2.1.1 Poluição

Existe efectivamente nas cidades o problema da poluição atmosférica resultante do tráfego intenso de veículos e, em alguns casos, da concentração de fábricas. Ao nível biológico, este pode ser um factor prejudicial à saúde pelos efeitos da inalação de teores elevados de gases tóxicos, como o monóxido de carbono (principal poluente atmosférico nas áreas urbanas). Este gás inodoro e altamente tóxico interfere na distribuição do oxigénio nos tecidos do organismo por ser preferencialmente captado pela hemoglobina. A toxina gerada (carboxihemoglobina, em vez de oxihemoglobina) leva à intoxicação dos tecidos e à privação de oxigénio que, em casos de exposição prolongada, produzem alterações significativas das capacidades de atenção e vigilância. Estes efeitos foram comprovados nos estudos de Beard e Grandstaff (1970)¹⁰ que observaram duplicação de erros na realização de tarefas e aumento significativo do tempo de aprendizagem, e de Ramsey (1970) que estabeleceu a relação ente a inalação de CO e a diminuição do tempo de reacção durante a condução.

Os problemas provenientes da toxicidade dos gases presentes na atmosfera das cidades são do conhecimento geral de dirigentes e reguladores que procuram instaurar medidas que contribuam para sua a redução. Também a indústria automóvel tem trabalhado na criação de

¹⁰ Experiência com exposição de CO a 250 ppm, sendo a concentração média, na atmosfera de 0,1 ppm. Em Los Angeles foram registadas médias de 34 ppm, chegando a 120 em horas de ponta.

veículos mais amigos do ambiente e, ao longo das últimas décadas, foram instalados catalisadores para a redução de emissões de CO. No entanto, este processo tem sido acompanhado pelo crescente número de veículos na cidade, prevalecendo assim elevados níveis de poluentes em centros urbanos. Em algumas cidades, como Londres¹¹ e Lisboa¹², já foram implementadas medidas mais radicais para a redução do número de viaturas a circular nos seus centros, associado também à resolução de problemas de congestionamento do trânsito nestes locais.

2.1.2 Sobredensidade populacional

O fenómeno da urbanização provocou uma concentração da população em pequenas áreas, actualmente mais acentuado em países em desenvolvimento. Lisboa apresenta uma densidade de 6.446 h/km². Na Europa, Levallois-Perret, em França, é a cidade com maior densidade (26.126 h/km²) e no mundo Manila, nas Filipinas, com 42.857 h/km² e onde se encontra 3 a 6 pessoas a dormir no mesmo quarto. Os efeitos da sobredensidade no comportamento humano, e de outros seres vivos, desde cedo despertaram interesse a etologistas, psicólogos e sociólogos.

A meio do século passado foram realizadas várias experiências e observações em animais que apresentam fenómenos de casualidade directa com o excesso de população. Justificaram as preocupações existentes deste fenómeno e serviram de exemplo comparativo com a espécie humana.

Num estudo de 1956, Wilhelm Schäfer, director do Museu de História Natural de Frankfurt Francforte, mostra que as sociedades animais se desenvolvem até atingirem um momento de densidade critica para a condição de sobrevivência da espécie, onde a partir da qual desenvolvem estratégias de resolução do problema. Um dos exemplos apresentados, e um caso extremo, é o caranguejo *Hynas araneus* onde o controlo da população é feito pelos próprios indivíduos que sacrificam elementos da própria espécie. Isso acontece no processo de mudança de carapaça, quando um elemento de carapaça dura detecta um elemento de carapaça mole que se encontra suficientemente perto. Cada animal tem a necessidade de um espaço mínimo para garantir a sua sobrevivência e são aplicadas medidas excepcionais quando esse espaço crítico é afectado.

¹¹ Desde 17 de Fevereiro de 2003, a circulação da maioria dos veículos motorizados no centro de Londres (Congestion Charge Zone) está dependente do pagamento de uma taxa (£10 por dia) entre as 7:00 e 18:00 horas de segunda a sexta-feira.

¹² Desde Julho de 2011, está proibida a circulação de veículos construídos antes de 1992, nos dias úteis entre as 7:00 e as 21:00 horas, no eixo da Avenida da Liberdade/Baixa.

Outro fenómeno animal induzido pelo excesso populacional foi a crise de mortalidade de uma população de cervos *Sika* da Ilha James (na baía de Chesapeake, a menos de dois quilómetros da costa, no Estado norte-americano de Maryland) observada por John Christian entre 1955 e 1960. Três anos após a análise de cinco elementos desta comunidade, foi registada a morte sem justificação de grande número de elementos (161 cadáveres detectados), e ainda um maior número de mortes no ano seguinte, tendo a população estabilizado nos 80 indivíduos. Não havia carência de alimentos e os espécimes apresentavam um aparente estado saudável.

Nas análises dos cadáveres entre 1956-1957 e 1959-1960, para além de um relativo aumento do peso corporal, observou-se uma diminuição do peso das glândulas supra-renais após o primeiro incidente de mortalidade mais elevado em 1958. A percentagem média da redução foi de 46%, sendo de 81% na população de servos jovens. Os dados obtidos referentes às supra-renais têm relevo no estudo da sobrepopulação por existir relação directa entre o seu peso e o estado de *stress* do animal. Estas glândulas desempenham um papel importante na regulação do crescimento, da reprodução e dos sistemas de defesa do organismo, e em situações de *stress* são submetidas a hiperfuncionamento que provoca hipertrofia. A presença significativa de supra-renais hipertrofiadas, que apresentavam estrutura celular típica da exposição a situações de *stress*, levam o autor a relacionar as grandes quantidades de mortes a “uma hiperactividade adrenocortical prolongada” que teve o seu pico por alturas do regelo do início de 1958. Sem hipótese de atingirem o continente a nado, e assim reduzir temporariamente a densidade, a ilha atingiu uma densidade crítica. Só nos anos seguintes, quando o número de indivíduos diminuiu, foi assinalada a redução das supra-renais.

Outro estudo, bastante citado em literatura sociológica e psicológica, que aborda os aspectos negativos da sobrepopulação, é o de John Calhoun que sujeitou ratos brancos da Noruega a situações de diferente densidade populacional. Numa experiência inicial em 1947, vedou um terreno natural ao ar livre de 1000 metros quadrados onde colocou cinco fêmeas grávidas. Ao longo dos vinte e oito meses de experiência, e apesar de as necessidades de alimentação estarem permanentemente asseguradas, a população de ratos nunca excedeu os 200 indivíduos e acabou por se estabilizar em torno dos 150. Em situações de total liberdade, as cinco fêmeas podiam ter dado origem a 50 000 indivíduos. Calhoun efectuou também experiências em ambientes artificiais, entre 1958 e 1961, onde limitava colónias de ratos a espaços de menor área. A população era mantida num estado de *stress* constante ao longo de três gerações (apenas eram retiradas crias excedentárias, de modo a não atingir densidades críticas que desenrolassem numa crise de mortalidade como no caso dos servos *Sika*) para analisar mais tarde os resultados fisiológicos e comportamentais deste estado nos indivíduos e nas diferentes gerações.

Este estudo apresentou relações entre a concentração excessiva de indivíduos e o aumento exponencial da mortalidade infantil, em grande parte justificada pela diminuição dos cuidados dos progenitores, o aumento da agressividade entre machos e a diminuição das actividades exploratórias e de vigilância. Ao nível fisiológico foi observada a sobreprodução adrenalítica e consequente hipertrofia das supra-renais.

No entanto, é difícil de estabelecer comparações directas entre os efeitos da sobrepopulação humana e de animais. Os mecanismos de regulação dos comportamentos sociais não são os mesmos e a complexidade da sociedade humana é muito maior. Em etologia (ciência que estuda o comportamento animal) é usado o termo territorialidade para abordar a área de influência de cada indivíduo, ou colónia, e é defendido por Hediger (1953) como principal contributo para a propagação da espécie enquanto mecanismo regulador da densidade populacional. Nos humanos este termo não é aplicável.

Para o estudo deste espaço pessoal invisível que envolve o indivíduo, na qual infracção de outro elemento não lhe é indiferente, Edward T. Hall criou o neologismo «proxémia» para *designar o conjunto das observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico* (Hall, 1966). Para o autor, a saturação urbana é vista como um problema silencioso que se vai infiltrando na cidade e cujas consequências só mais tarde tomamos consciência. Os vários surtos de migração da população rural revelam problemas de adaptação ao novo estilo de vida e diferentes práticas do uso do espaço.

Em resposta às necessidades de habitação e por efeito das pressões económicas, o espaço do habitar de então tendia a ser cada vez menor. Hall apresenta o estudo de P. e M.-J. Chombard de Lauwe aplicado às famílias francesas, onde foi possível estabelecer relações entre a presença de casos patológicos e o número de metros quadrados disponíveis por pessoa e alojamento. O número de patologias (físicas e sociais) duplicava nos casos em que a área disponível por pessoa era interior a 8 ou 10 metros quadrados, levando a concluir que a doença e criminalidade estariam ligadas ao excesso de população. A incidência destas patologias também aumentava (mas de modo menos marcado) nos casos em que havia mais de 124 metros quadrados disponíveis por pessoa.

Os efeitos psicológicos da densidade populacional como variável isolada são, no entanto, difíceis de avaliar e associados a bairros com sobredensidade populacional estão muitas vezes outros factores que fomentam patologias sociais, como carências económicas, culturais e ambientais.

Por outro lado, a capacidade de adaptabilidade do ser humano é condicionada pelas mediações cognitivo-emocionais. Na psicologia ambiental é feita a distinção entre o fenómeno

de densidade populacional e o *fenómeno de percepção de apinhamento*. Apesar de necessário, o fenómeno de sobredensidade populacional pode não ser suficiente para a eclosão do sentimento de *apinhamento* que gera situações de *stress*.

2.1.3 Sobrecarga de estímulos e sobrecarga de informação

As cidades actuais são locais de grande complexidade e concentração de informação. Quando o urbanita exposto a esta sobrecarga é incapaz de processar cognitivamente o excesso de estímulos sociais, acusa sentimentos de *apinhamento*, dependendo das suas aprendizagens culturais, atitudes e idiossincrasias.

Para além dos estímulos informativos presentes no ambiente em cidade (como sinais reguladores de tráfego, montras de lojas e anúncios publicitários) os próprios urbanitas são constantes emissores de informação. A espécie humana consegue emitir e decodificar sinais subtis verbais e não-verbais que completam a informação da mensagem que passamos aos outros, de modo voluntário ou não. A própria face humana possui uma musculatura facial tão complexa que permite uma maior elaboração de informação comunicativa. Na maioria das vezes, estes sinais são emitidos e interpretados de modo inconsciente, mas revelam-se muito importantes no entendimento geral da mensagem transmitida. Para além de expressões faciais, a comunicação não-verbal (pelo modo como nos movemos ou a postura que assumimos) e aspectos culturais, (como a forma de vestir, sotaques, pronúncias e entoações) preenchem a cidade numa pluralidade de sinais e sentidos.

Para responder à sobrecarga populacional e poder conviver neste tipo de ambiente, o ser humano desenvolveu estratégias de adaptação às situações resultantes, associado a um processo de adaptação cognitiva e emocional. O comportamento humano está condicionado pelo contexto territorial em que se encontra, cuja decodificação cognitivo-emocional indica diferentes tipos de apropriação. Altman (1975) apresentou a distinção entre três tipos de território: *territórios primários*, aplicável a espaços apropriado por um sujeito, ou grupo limitado, com o qual se identifica; *territórios secundários*, referentes a espaços colectivos apropriados por um grupo e pertença do grupo; e *territórios terciários*, que são espaços abertos, colectivos sem apropriação de particulares. Para cada tipo de território associamos determinado tipo de comportamento, tendendo a haver menor comunicação quanto mais público for o território. Em territórios terciários, é normal evitar o contacto comunicacional, como pelo desvio do olhar, enquanto a aceitação da comunicação é característico dos territórios primários e secundários.

O espaço de cada indivíduo humano não é tão simples como no caso animal e a percepção de densidade populacional, provocado pelo sentimento desagradável de apinhamento, está

relacionado com a percepção da violação de distância crítica que varia segundo diversos factores. Como urbanitas, não raras vezes estamos ou somos sujeitos a situações anormais de densidade populacional, como em transportes públicos apinhados de passageiros em hora de ponta. Estas situações não provocam um crescimento anormal das nossas glândulas supra-renais. Em casos de apinhamento como o referido, evitamos emitir sinais não-verbais que poderiam ser mal interpretados (desviamos o olhar das pessoas com quem partilhamos o espaço, acautelamos qualquer contacto físico) que noutras situações, com essa distância entre indivíduos poderiam corresponder a comportamentos de maior intimidade. Tomamos este tipo de comportamentos porque, no caso humano, é necessário o sentimento subjectivo de intromissão das barreiras do espaço pessoal para que haja sensação de desconforto. Para além dos factores culturais, também a idade, sexo, personalidade e estatuto social têm influência na definição dos limites deste espaço invisível.

O sentimento de apinhamento surge quando, em função dos contextos situacionais e dos padrões culturais, é percebida a violação do «espaço pessoal», no sentido proxémico de Hall. A dimensão e forma deste «espaço pessoal» (como uma bolha que envolve o indivíduo) dependerão do tipo do território onde se encontra, do ambiente envolvente e do tipo de relacionamento que é estabelecido com os outros indivíduos que partilham o mesmo espaço.

2.1.4 Isolamento

Para melhor compreender os efeitos dos elevados valores de densidade populacional na cidade, vários são os estudos que procuram correlações entre áreas sobredensificadas e o número de casos patológicos. O estudo desenvolvido na Austrália por Dunstan (1979) diferenciou-se por se focar na densidade intra-residencial, acabando mesmo por demonstrar que as patologias sociais estão mais associadas a este factor do que à densidade extra-residencial. Na sua pesquisa, com a comparação do número de pessoas a dormir por quarto e os casos de suicídio, esquizofrenia, delinquência juvenil e violência de adultos, depara-se com o crescimento constante do número de patologias à medida que a densidade por quarto aumenta. Esta relação não é confirmada apenas quando a densidade intra-residencial é inferior a um, associando a existência destas patologias nos casos de isolamento social. Estes dados são esclarecedores da profunda necessidade das redes sociais para o equilíbrio emocional dos seres humanos.

Os dados portugueses do censo de 2001 indicavam 631 000 agregados familiares constituídos por apenas um único elemento. No concelho de Lisboa 244 649 e Porto 100 694. O facto de viverem sós, não é por si só indicador de isolamento social ou de solidão. Para algumas pessoas viver sozinho é uma opção e fazem-no conseguindo manter uma rede social estável, mas

existem também casos de isolamento involuntário por abandono ou falecimento de familiares. São casos muito particulares que é necessário vigiar para perceber o foco do problema e apontar soluções. Viver sozinho não é sinónimo de solidão e isolamento, tal como partilhar o espaço da casa nem sempre significa que existe comunicação.

A vida urbana actual apresenta grande competitividade e grande consumo de tempo em tarefas que não permitem a socialização. Vive-se numa rotina stressante com tempo gasto em deslocações casa-trabalho onde a interacção social é evitada, sendo este ritmo das sociedades contemporâneas mais crítico dentro das famílias. O tempo passado em família é por vezes pouco e de baixa qualidade com os pais a sair cedo de casa e a chegar tarde, delegando a educação dos filhos às várias instituições de ensino, a familiares ou, em pior cenário, a deixa-los isolados em ambiente doméstico ou não.

O problema não será o isolamento por si só, mas a falta de comunicação que fomenta o sentimento de solidão, concluindo-se que a quantidade populacional nas cidades não é factor impeditivo da existência de casos de isolamento ou abandono.

A cidade oferece muitas oportunidades de socialização, mas essa abundância pode também gerar o isolamento afectivo, marginalização e solidão. É necessário compreender os comportamentos sociais na cidade e proporcionar a socialização indicada e organizada que faculte segurança social aos urbanitas. No caso humano não são só números de densidade populacional que desencadeiam diferentes reacções. Somos seres subjectivos, emotivos e adaptativos em que vários factores interferem no nosso bem-estar. Não é apenas a sobredensidade ou o isolamento que influenciam significativamente o nosso comportamento e conduzem à anomalia e à quebra de vínculos sociais no espaço urbano, pois tendemos a criar rotinas que estão cada vez menos dependentes do contacto humano.

2.1.5 Impacto dos avanços tecnológicos

As causas do isolamento social são variadas, nunca podendo ser atribuídas a um só factor devido ao elevado número de agentes que participam e interferem diariamente nas nossas vidas. O nosso comportamento resulta, para além das características pessoais inerentes ao indivíduo, da resposta ao somatório de percepções que fazemos do mundo que nos rodeia. Os avanços tecnológicos permitiram maior eficiência e conforto ao ser humano, mas as alterações que proporcionaram ao estilo de vida, modificaram o modo como experienciamos o espaço e o modo de socialização.

Um objecto técnico, amplamente utilizado pela sociedade actual, que em grande parte contribuiu para as alterações do estilo de vida humano, é o automóvel. Este meio de transporte é amplamente criticado por Edward T. Hall devido aos impactos negativos que confere à cidade. Como referido anteriormente, o carro é um dos principais poluidores na cidade, não só pela emissão de gases poluentes, mas como fonte de ruído e sujidade. O impacto do automóvel é ainda mais relevante por adicionalmente ser consumidor de um dos recursos principais da cidade: o espaço. O automóvel exige a criação de estradas e parques de estacionamento (e, fora do ambiente urbano, de auto-estradas) que poderiam ser destinados ao peão¹³ como espaço de contacto e encontro.

Para além de diminuir o espaço disponível ao peão o carro isola o ser humano da experiência do espaço público. Recorrer ao uso do carro implica confinar o condutor e restantes ocupantes ao espaço e ambiente disponíveis no seu interior, e assim não são estabelecidas interações com os espaços por onde se transita. Se, em detrimento de andar a pé, nos transportarmos dentro de um automóvel, perdemos oportunidade de nos cruzarmos com outros e de percebermos pormenores do espaço envolvente, à qual a velocidade do automóvel não permite. Limitando-nos às experiências sociais estritamente necessárias, que põem muitas vezes em jogo a competição, agressividade e os instintos de destruição, podemos estar a perder oportunidades de acção e aprendizagem que desconhecíamos e que contribuem para o nosso bem-estar.

O uso excessivo do transporte privado, devido ao modo de vida sedentário que promove, é encarado por especialistas como causa da perda de tonicidade muscular e o afrouxamento da circulação sanguínea.

O modo de vida sedentário é, em si, um problema da sociedade actual. Para além da facilidade de locomoção que os meios de transporte vieram proporcionar, fez-nos alterar o modo como comunicamos, vindo a transformar o uso que fazemos do espaço e as necessidades que temos dele. A comunicação e o entretenimento passaram a ser praticados recorrendo a diversos aparelhos, recentemente inventados, que lidam com as tecnologias de informação e de comunicação, sem exigir a presença dos interlocutores ou de expressão corporal. Apesar de ser possível comunicar de modo mais eficiente, a transação de informação não é feita de modo tão completo como na comunicação presencial (onde aplicamos diversos sinais não-verbais), podendo gerar erros de interpretação da mensagem e possíveis conflitos desnecessários. A utilização excessiva das novas tecnologias leva-nos igualmente a um isolamento do espaço envolvente. No caso específico dos vídeo-jogos, tal como na utilização excessiva do automóvel,

¹³ O próprio termo «peão», usado para descrever o indivíduo que anda a pé em comparação com o automóvel, parece desumanizar o urbanita.

os utilizadores são limitados à realidade que os rodeia. As experiências a que estão receptivos fazem parte de uma representação de um mundo virtual ilusório que não equaliza a experiência da realidade, apesar de despertar emoções e sensações aparentemente análogas.

Estas práticas não são exclusivas dos ambientes urbanos. Os avanços tecnológicos estão amplamente difundidos e agora é possível comunicar em praticamente qualquer lugar, independente da localização do espaço ou do tipo de espaço em que se está. O que é realizado no espaço privado facilmente é tornado público sem que essa informação seja transacionada num espaço físico público. A comunicação deixou de estar dependente de um espaço e da localização dos interlocutores e, consequentemente, a função do espaço público sofreu alterações cujo impacto é mais perceptível nas cidades. Estes espaços públicos deixaram de estar associados a locais de comunicação para se tornarem espaços mais funcionais, servindo de vias de circulação e para actividades de extrema necessidade.

Apesar da recusa da experiência do espaço que estes avanços tecnológicos proporcionaram, não deverão ser puramente vistos como problemas. Várias actividades só são possíveis devido a este progresso e estamos conscientes de que actualmente não é possível conceber o nosso dia-a-dia sem ter em conta estas ferramentas. Resta perceber quais os efeitos da alteração acelerada dos modos de vida na cidade, e conseguir proporcionar a sua adaptação acompanhando estes avanços de modo saudável e sustentável.

2.2

Identidade

A relevância do estudo da identidade neste trabalho justifica-se pelas características da realidade presente nas AUGI cuja fragmentação, devido à falta de planeamento, revela inexistência de concepção deste espaço como uma entidade conjunta. Estes territórios foram edificados apenas com o intuito de responder às necessidades urgentes de habitação. Castells (2003), referindo-se a movimentos políticos locais contra a exploração económica afirmou: *Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se na sua identidade*¹⁴.

O mesmo processo pode ser associado às AUGI. Apesar de se estabelecerem relações de amizade entre alguns moradores, tendo em conta a insegurança vivida num momento de transição em que se instalaram nesse local, é dada grande importância ao espaço próprio construído pelo clandestino, isolando-se na sua propriedade/identidade.

O conflito entre a identidade e a globalização, entre nós e os outros é constante. Se por um lado existe grande identificação e fixação no próprio espaço, como no caso das AUGI, também encontramos actualmente situações opostas de grande mobilidade e abertura a diferentes identidades.

Existe uma crescente facilidade de mobilidade que permite grande abrangência de escolhas e possibilidades. As novas tecnologias permitem-nos chegar a qualquer lado ou ter conhecimento do que aí passa sem a imposição de grandes barreiras. Estas oportunidades possibilitam um novo modo de vida contemporâneo de socialização em rede, em que a nossa localização física não limita a informação a que temos acesso.

Com a globalização e a facilidade de comunicação generalizada dissolveu-se a autonomia das instituições, organizações e sistemas de comunicação nos locais onde as pessoas vivem e tornaram indeterminadas as barreiras de participação e de envolvimento. As relações sociais individualizaram-se e trouxeram instabilidade às estruturas do trabalho, do tempo e do espaço. Neste ambiente de insegurança em que o mundo parece grande de mais para ser controlado, os actores sociais trabalham na sua redução para que atinjam dimensões que sejam compatíveis com as suas possibilidades.

¹⁴ CASTELLS (2003) pg. 76

Podemos considerar que o anonimato urbano actual, produto da sobrecarga de informação e oportunidades, pode contribuir para perda da identidade individual e comunitária, e a dissolução do tempo e do espaço provocado pelo uso de novos meios de comunicação, a um refúgio no espaço físico e à sua memória histórica.

A construção de identidade, no que diz respeito aos actores sociais, é entendida como um processo de atribuição e organização de significado com base num atributo cultural, ou um conjunto de atributos inter-relacionados, que prevalecem sobre outras formas de significado. Em sociologia é também usado o termo papéis, como classificação do tipo de actividade que o indivíduo realiza, definidos por instituições e organizações sociais.

A identidade tem como constituinte: a história, geografia, biografia, as instituições produtivas e reprodutoras, as memórias colectivas, fantasias pessoais, aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. Estes componentes são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, reorganizando o seu significado em função de tendências sociais e projectos culturais enraizados na estrutura social, bem como na visão de tempo/espaço (segundo Castells, 2003).

A nossa identidade pessoal é também fruto de transformações e de entendimentos que vamos assimilando, que não devem ser mantidos ao nível da consciência, mas sim repercutir-se na acção individual. Este processo desenvolve-se também do constante relacionamento com os outros, existindo uma interacção continua entre a construção da própria identidade e o seu reconhecimento por parte dos outros.

A ideia de identidade pode ser assim alargada ao território no sentido de comunidade. No entanto, apesar de a coexistência poder contribuir para o sentimento de pertença, é necessário um processo de mobilização social de participação em actividades definidas, que defenda os interesses comuns, onde a vida seja partilhada e se produza um novo significado (uma identidade cultural comunitária). Mas as comunidades locais podem constituir-se como modo de isolamento se agirem de modo defensivo e de recusa às condições imposta pelas transformações globais.

As instituições dominantes da sociedade, que têm um papel fundamental na regulação da identidade da sociedade, parecem ter entrado numa crise estrutural pela rápida desintegração da sociedade civil herdada da era industrial e do desaparecimento do Estado-Nação que lhes atribuíra legitimidade. Esta situação foi clara nas Áreas Urbanas de Génese ilegal cujos construtores, não sendo incluídos nas prioridades das entidades reguladoras, não se identificaram com o Estado-Nação e as medidas que promoviam.

2.2.1 Identidade de lugar

Apesar da diversidade presente nas cidades, existe um sentido de unificação associado a estes territórios. No entanto, os modos de vida urbana, associados ao *stress*, sobrecarga de estímulos e o consequente anonimato urbano, contribuíram para o decréscimo da responsabilidade social para com os outros. Deixamos de tratar os outros como pessoas e, consequentemente, de nos identificar com eles, o que leva à perda de uma identidade comunitária.

O conceito de “identidade de lugar”, introduzido por Proshansky, é definido como uma subestrutura da auto-identificação composta pelas cognições apreendidas na sua relação com o espaço físico em que vive. Essas cognições integram memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados e concepções do comportamento e da experiência relacionadas com a variedade e complexidade dos contextos físicos que definem a existência quotidiana de todo o ser humano.

No centro desta associação, entre as componentes físicas e ambientais e as cognições situa-se o passado ambiental da pessoa; um passado que consiste em lugares, espaços, e as suas propriedades que serviram instrumentalmente para a satisfação das suas necessidades (biológicas, psicológicas, sociais e culturais) (Proshansky, et al., 1983)¹⁵.

Outros termos utilizados como processos de identificação foram descritos por Graumann (1983), distinguindo «identificar o ambiente», «ser identificado» e «identificar-se com o ambiente». Quando alguém se identifica com algo estará a modelar-se a uma coisa ou a alguém, que poderá ser um modelo de identificação real ou um símbolo do que o indivíduo gostaria de ser ou alcançar. É a função simbólica que ganha maior importância, por permitir a coisas e lugares tornarem-se objecto de identificação, tal como tornarem-se símbolo de pessoas. E sem a relação de identificação com coisas e lugares não seria possível a formação de uma identidade social. A identidade não se constrói num vazio, mas num contexto social e espacial preciso do qual faz parte a cidade e todos os símbolos a ela associados.

Sobre o modo como o utilizador experiencia e dá significado a partir de um ambiente, Skantz (1977) conclui que é um processo interno do indivíduo que põe em relação as percepções e experiências do ambiente com a sua própria vida (a autopercepção, visão do mundo, objectivos e intenções gerais). Não é o ambiente que provoca a adaptação do sujeito, mas sim as percepções e experiências realizadas no ambiente que conferem sentido ao “eu” interior do indivíduo e produzem mudança na identidade. Quando alcançado o equilíbrio entre

¹⁵ Cit. por SPELLER, Gerda M. (2005), pg. 137

sujeito e ambiente haverá um sentido de pertença, e um sentimento de estranheza quando não o é.

2.2.2 Identidade urbana

Para além da estrutura física de construção e organização de espaços, a cidade é um conjunto de símbolos, que se exprimem na imagem da cidade e nos modos de vida e eventos que aí ocorrem. Viver na cidade implica estar susceptível a esses símbolos que interferem com os modos de vida e estabelecem laços profundos com o urbanita, entrando nos processos de identidade dos indivíduos singulares e colectivos. Existe uma “contaminação” contínua da cidade para os seus habitantes, mas ocorre também o processo inverso, pois as actividades e a interacção social entre indivíduos titulares de uma identidade heterogénea contribuem para a reprodução e modificação contínua dos símbolos da cidade.

Ao vivermos em determinada cidade, ou em determinado bairro, para além da construção da nossa identidade ser condicionada pelos símbolos aí presentes (dotados de valências positivas ou negativas), esses símbolos serão também usados por outros indivíduos para nos identificar. Existe a associação da pessoa ao seu local de residência adquirindo um certo número de características do sítio onde vive. Em exemplo antagónico estão as cidades “cosmopolitas” em relação a cidades “provincianas” às quais associamos diferentes ambientes e realidades sociais. Trata-se de uma identidade relativa à cidade. O mesmo acontece ao nível do bairro e do ambiente doméstico em que se vive, onde residir em determinado bairro ou viver em determinada tipologia de habitação equivale imediatamente a receber um elemento de identificação. Quando esta identificação é feita num sentido negativo (um bairro considerado problemático ou uma casa pobre) podemos ser levados a situações de *estigmatização territorial*, e a imagem espacial é convertida num factor de exclusão, em que é atribuído aos indivíduos as qualidades negativas associados aos territórios onde vivem.

O processo de atribuição de identidade aos outros ou a promoção de uma identidade relativa à cidade actual é, na maioria dos casos, feito de modo pouco refletido e quase inconsciente. Ao longo do crescimento, são-nos dadas ferramentas intelectuais que permitem distinguir os caracteres simbólicos ligados ao contexto urbano da nossa residência, e ao mesmo tempo a distingui-los dos caracteres simbólicos de outras cidades e a outros territórios rurais. Este processo de reconhecimento do nosso contexto urbano é acompanhado de emoções que resultam num sentimento de pertença e identificação afectiva ao território. Com a vinculação ao lugar, este não nos é indiferente e há um envolvimento do indivíduo com os acontecimentos e alterações aí ocorridos.

Apesar da constante mobilidade e da globalização do modo de vida actual, o sentimento de identidade com um lugar e a existência de um ponto de referência simbólico continua a ser necessário para organizar e a dotar de sentido a experiencia de vida do ser humano.

3.

O Papel da Arquitectura e do Urbanismo

3.1 A influência da Arquitectura na interacção Social

Como espaço de actuação da interacção social, a cidade e a sua forma têm influência no comportamento dos urbanitas e na organização das redes sociais. A cidade não consegue por si só garantir o sucesso de vida do urbanita, mas pode oferecer espaços que fomentem a comunicação saudável entre indivíduos e despertar a sua criatividade.

Nesta dissertação foi feita referência à influência da densidade populacional e das distâncias estabelecidas entre indivíduos no seu comportamento. Dependendo da situação (e de factores culturais, idiossincráticos, ambientais, etc...), estas distâncias serão apreendidas com diferente significado. Em arquitectura e urbanismo são definidos limites espaciais que condicionam as distâncias estabelecidas entre indivíduos, e sequencialmente, o modo como se percebem e relacionam entre si. É necessário ter consciência dos mecanismos através dos quais se situa a influência dos espaços no comportamento humano para uma prática de arquitectura e urbanismo socialmente prudente.

O espaço construído, pelas suas características físicas, é constituído por elementos definidores de áreas e limites que podem constituir barreiras ao utilizador. Num sentido mais evidente, as barreiras arquitectónicas, que formalizam a organização do espaço, podem determinar um comportamento obrigatório e impossibilitar outros (como as escadas que são exemplo de barreira que impossibilitam a utilização por pessoas de mobilidade reduzida). Mais complexo é determinar com exatidão a influência de um espaço nos sentimentos e comportamentos humanos.

As nossas acções são muitas vezes realizadas de modo intuitivo e dificilmente é estabelecida uma relação causa/efeito entre os símbolos arquitectónicos presentes, (cujos estímulos psicológicos nem sempre são assimilados de modo consciente) e o comportamento derivado. Como exemplo, o sentimento de insegurança por vezes associa-se a espaços demasiado extensos, vazios, com áreas ocultas, onde não existem referências e com os quais não nos conseguimos “relacionar”. Pode ter lugar em parques excessivamente grandes e mal apetrechados de vegetação, ou nos espaços abertos indiferenciados em zonas de arranha-céus.

No condicionamento do comportamento humano existem dois tipos opostos de espaço, por restringirem em demasia ou por não estabelecerem limites comportamentais: espaços *hiper-regulados* e espaços *sub-regulados*. Os primeiros são de liberdade social reduzida desenvolvidos em espaços confinados. Deste modo é facilitado o controlo do indivíduo utilizador e possível induzi-lo a comportamentos uniformes programados antecipadamente, para maximizar a eficiência funcional e reduzir riscos. Estas práticas de redução da liberdade do indivíduo são aplicadas em edifícios institucionais (como prisões e hospitais psiquiátricos), mas também em espaços privados onde o controlo comportamental pode induzir a maiores lucros (como em supermercados e discotecas). Os espaços *sub-regulados* são caracterizados pela sua indefinição e ambiguidade nos seus possíveis usos e normas de comportamento aceites. Apesar da falta de especificação de uso poder proporcionar um espaço multifuncional, este será sempre mais facilmente apropriado por grupos mais “fortes” e evitado por indivíduos mais “fracos” devido à falta de vigilância e pelas tentativas de apropriação dos outros grupos. Nesta categoria encontram-se ambientes de função incerta, lugares residuais, espaços abandonados e zonas de transição imprecisas.

Os exemplos citados, apesar de necessários e presentes nas nossas cidades, não são o tipo de espaço que induzem a interacção entre indivíduos. Para ser estabelecida a interacção entre indivíduos é necessária uma predisposição para tal e que os indivíduos em causa estejam em sintonia.

Em situações de partilha de espaço, o sujeito tem em consciência a presença dos outros, conferindo às suas acções um significado compreensível por parte dos outros actores, de modo a prever reacções e evitar maus entendimentos. Para que os actores consigam agir eficazmente numa acção confinada no espaço e no tempo, devem proceder a uma análise constante dessa acção e, em simultâneo, colocar essas interpretações em sintonia com as que se supõe que os outros inferiram. Preferencialmente esta interpretação é feita automaticamente e transmitida de modo claro, mas pode ser propícia a ambiguidades ou decifrada de modo incorrecto. Em ambiente urbano, onde existe grande variação e imprevistos, surgem situações de ambiguidade na interpretação da acção entre indivíduos.

Para simplificar o processo interpretativo, estão associados sinais de várias naturezas que, complementando a acção ao funcionar como pontos de referências, facilitam a “sintonização” das interpretações entre os intervenientes presenciais. Para além dos sinais emitidos pelos próprios actores, sinais contidos no contacto espacial e temporal da acção servem para enquadrar e organizar a acção e a experiência que os indivíduos efectuam no seu interior. É visto como uma “moldura” [termo proposto por Goffman (1974) retomando a terminologia do filósofo americano Bateson] que delimita e caracteriza de modo distinto a acção em relação a outras. A moldura pode ser constituída por elementos imateriais, com sinais comunicativos ou “metacomunicativos” trocados pelos actores (como expressões faciais); sinais dos elementos espaciais do ambiente, pela forma e função do espaço, e sinais das coordenadas temporais, quando associados determinados comportamentos em relação ao momento em que ocorrem (como em eventos e espectáculos).

Para classificar os âmbitos espaciais que operam como moldura da interacção, Goffman empregou outros dois termos fazendo uma analogia ao mundo do espectáculo: ribalta (*front region*) e bastidores (*back region*). Nos espaços de ribalta existe a preocupação por interagir de modo mais formal e seguindo os códigos de conduta sugeridos por esse estilo de comportamento; nos espaços bastidor, em direcção contrária, são associadas comportamentos informais e com maior liberdade às sensações.

Os territórios urbanos actuais estão repletos de sinais que ajudam a definir molduras de acção. No entanto, a sua coexistência é também fonte de problema pela densidade excessiva de símbolos arquitectónicos, decorativos e funcionais. As mensagens transmitidas pelas várias molduras amontoam-se, acabando por facultar caminho à ambiguidade. Para além da pluralidade de sinais, a diversidade cultural de indivíduos com diferentes interpretações das molduras também pode constituir discordância e conflito, fazendo da cidade um ambiente de contínua ambiguidade sem método absoluto.

3.1.1 A Apropriação do Espaço e Criação de vínculos sociais

Apesar de no caso do ser humano não haver o sentido de território como nos animais irracionais, temos consciência que todos temos uma área de influência própria, sobre a qual o que aí acontece não nos é indiferente. As barreiras dessa área dependem do espaço onde estamos. Podemos considerar um muro como limite do nosso território, quando nos referimos a espaços privados, mas em locais públicos os nossos espaços não se encontram tão bem definidos.

Edward Hall separou nos seus estudos as distâncias envolventes do ser humano, que despoletam diferentes comportamentos, em quatro categorias: a distância íntima, pessoal, social e pública (com sub-categorias: modo próximo e afastado).

A distância íntima (até 45 centímetros) é a distância do contacto físico onde o outro tem grande impacto no nosso sistema preceptivo. A distância pessoal (entre 45 e 125 centímetros) encontra-se dentro do limite do contacto físico onde continua a ser visível com clareza a imagem e movimentos do outro. A distância social (de 1,20 a 3,60 metro) marca o limite em que um deixa de ter poder sobre o outro e não é possível o contacto físico, a imagem de conjunto do outro é mais clara, mas os pormenores deixam de ser percebidos. A distância pública (a partir de 3,60 metros) já se situa fora do círculo de referência do indivíduo e marca o limite de segurança em que podemos adoptar um comportamento de fuga ou defesa, em caso de ameaça.

O nosso comportamento altera-se consoante a aceitação que temos do outro no nosso espaço, no qual, quanto maior é a confiança e identificação com o outro, maior é a permissão para infringir o nosso espaço. Quando são estabelecidas relações presenciais entre seres humanos, acaba por ser estabelecida a partilha dos espaços de cada interveniente. O ser humano, como ser social, está dependente dos relacionamentos que estabelece, dos indivíduos que conhece e da partilha do seu espaço com os outros.

A rede de conhecimentos sociais que estabelecemos é em parte condicionada pelo local em que habitamos. As relações de proximidade que podemos estabelecer com os nossos vizinhos são importantes para a vinculação afectiva à nossa zona de alojamento.

A proximidade física leva a que sejam estabelecidas redes de afiliação, como demonstram os estudos de Festinger, *et al.* (1950) realizados em residências universitárias de estudantes do MIT, em que a vizinhança imediata estabelecia condições para gerar amizades entre os moradores, completamente desconhecidos até se fixarem nessas residências. Merton (1951) veio confirmar a mesma teoria nas observações feitas em novos bairros operários, acrescentando-se que a constituição de redes sociais por proximidade residencial era mais evidente nos edifícios com acessos em pátios comuns.

Para além dos registos de um maior número de amizades entre moradores em situações de proximidade residencial, também já foram observadas alterações nos comportamentos dos moradores que partilhavam os bairros com diferentes etnias, que adoptaram condutas mais tolerantes.

Em situações sociais definidas, existe a tendência de gerar relações de amizade entre os moradores, no entanto a proximidade pode ser também criadora de conflito em situações de rejeição entre vizinhos.

As redes sociais de proximidade são mais valorizadas pelas classes mais pobres, enquanto nas classes mais altas, e de trabalhadores em situação estável, a rede de amizades tende a ser mais dispersa no espaço.

Um estudo de Fried e Gleicher (1961) debruçou-se sobre o desejo de mudança dos moradores de um bairro considerado pobre de West End em Boston. Os resultados surpreenderam ao apresentar que 75% dos residentes afirmava “gostar muito” ou apenas “gostar” de aí viver, o que ressalva a importância do sentimento de pertença ao bairro que se habita que é gerada pela rede de amizades aí existente. Não é só a casa que é vista como espaço de habitar, mas o próprio bairro (ou partes dele) são um prolongamento da casa e lugar de socialização.

O estrato social dos residentes é um factor importante na constituição de ligações entre moradores, mas as especificidades urbanísticas e arquitectónicas desenvolvem também um papel de grande relevância. O desenho dos espaços pode ser um agente facilitador ou inibidor do contacto social.

As relações de vizinhança estáveis levam a um entendimento da zona habitada como um espaço de pertença comum, como os territórios secundários sugeridos por Altman¹⁶. Os territórios secundários, como local de identificação e utilização de um grupo, são mais propícios à geração de interacção entre os seus utilizadores.

Um pátio de entrada de um edifício partilhado por vários moradores é propiciador de interacções sociais de curta duração que, de modo repetido, podem levar ao encontro de afinidades entre os intervenientes e a consequente a criação de uma relação estável. O estabelecimento de amizades e reconhecimento de alguém requer o conhecimento mútuo, desenvolvido ao longo do tempo. Pelo contrário, a densidade populacional de alguns edifícios leva a que centenas de moradores usem a mesma porta de acesso ao edifício, sem se cruzarem vezes suficientes (e com tempo suficiente) para estabelecer contacto que origine algum tipo de ligação.

Para pôr em evidência a importância dos territórios secundários na constituição de redes sociais e apropriação do espaço, Oscar Newman elaborou um estudo em que comparou duas urbanizações vizinhas no estado de Nova York, com residentes de população semelhante em

¹⁶ Como referido anteriormente, Altman apresentou a distinção de diferentes territórios em três categorias: territórios primários (sucintamente: privados), territórios secundários (semi-públicos) e terciários (públicos).

termos culturais, económicos, éticos e demográficos, mas bastante diferentes ao nível arquitectónico, principalmente nos valores de área de implantação: Brownsville (construído em 1947) é constituído por edifícios de 3 a 6 pisos e Van Dyke (construído em 1955) por torres de 13 a 14 pisos na sua maioria ou de 3 a 9 pisos. Os dados estatísticos sociais apresentam ligeiras diferenças, mas os dados relativos a vandalismo e a comportamentos desviantes apresentam diferenças relevantes: o número de incidentes era superior em Van Dyke, sobretudo no número de desordens públicas (432 – 264) e de assaltos (92 – 24). O projecto de urbanismo e arquitectura é o factor mais distintivo entre os dois bairros, podendo concluir que este tem real influência nos comportamentos sociais.

Os edifícios de Brownsville, e a sua disposição, permitem a apropriação secundária dos espaços exteriores pela comunidade enquanto em Van Dyke essa apropriação é reprimida, tornando-os menos humanizado, e consequentemente, desrespeitando-os. (No próximo subcapítulo será exposto o conceito de “espaços defensíveis” que Newman apresentou e aplicou na reconversão de alguns bairros, com base nas conclusões alcançadas nos seus estudos).

Este estudo evidencia a importância da existência de territórios secundários como meio essencial para a constituição de redes sociais locais, que consequentemente são o elemento primário no controlo de comportamentos desviantes e para a inibição de intrusões por parte de estranhos. O desenho do espaço construído deverá fomentar a criação deste tipo de territórios e permitir a sua apropriação por parte dos residentes. Para isso, têm um papel importante os elementos que contribuem para a marcação territorial destes espaços, ao exibirem a ocupação dos seus utilizadores e dificultarem a intrusão de estranhos.

Estes foram estudados por Brown e Altman (1983) que avaliaram residências vítimas de assalto. Destes elementos são exemplo barreiras simbólicas (sebes, painéis, avisos e a própria cor das construções), barreiras materiais (alarmes e fechaduras), características de detectabilidade e clima social (sinais de cooperação entre vizinhos), que podem inibir a intrusão de estranhos.

3.2

Defensible Spaces

O conceito de “espaços defensíveis” surge num contexto de grande criminalidade nos bairros periféricos das cidades dos Estados Unidos da América. Foi desenvolvido pelo arquitecto e urbanista Oscar Newman com o propósito de reestruturar os espaços exteriores de edifícios colectivos, de modo a que o seu controlo seja feito por parte dos próprios residentes.

Apesar de este tipo de intervenção poder ter financiamento e ser iniciativa das administrações locais, está dependente do envolvimento dos residentes e da sua união para que o número de ocorrência de actos criminosos, e naturalmente a sensação de insegurança, seja reduzido.

O conceito de Newman surge da sua análise de bairros problemáticos que se demonstraram incapazes de proporcionar espaços com qualidades apropriáveis pelos residentes. Em oposição, tornaram-se espaços inseguros e sem controlo entregues a práticas sem civismo.

Newman acompanhou o caso da urbanização de Pruitt-Igoe, já imensamente comentada como um exemplo do erro da Arquitectura Moderna, demolida 10 anos após a sua construção devido aos problemas de vandalismo e criminalidade. Ao compará-lo com uma urbanização vizinha (Carr Square Village) de edifícios em banda, com menos andar e mais antigos, e onde, apesar de frequentada pelo mesmo tipo de população de Priutt-Igoe, não existiam o mesmo tipo de problemas, Oscar Newman procura perceber que diferenças físicas entre os projectos permitiram que Carr Square Village continuasse habitável sem grandes constrangimentos, enquanto Priutt-Igoe foi demolida.

Na urbanização de Pruitt-Igoe optou-se por construir edifícios altos, com áreas de implantação reduzidas, deixando os espaços públicos e os primeiros pisos de cada edifício para atividades comunitárias. Foi também influído um piso comunitário (no terceiro nível) em cada edifício. No entanto estes espaços demonstraram-se inadequados aos modos de vida dos seus habitantes. O facto de serem partilhados com tanta gente e por estarem dissociados das unidades de habitação não permitia a identificação dos residentes com estes espaços. Acabando por se tornar espaços inseguros para práticas de desprezo e vandalismo.

Os actos de vandalismo e o desprezo pelos espaços partilhados não eram iguais em todos os espaços do empreendimento. Onde apenas duas famílias partilhavam o patamar de chegada, os espaços eram mantidos limpos e estimados. A diferença estava no entendimento da pertença daquele espaço aos moradores que aí têm acesso à sua residência. Este sentimento de partilha do

espaço não era possível nos corredores partilhados por vinte famílias, nem nos espaços de entrada no edifício e acessos (sem qualquer tipo de controlo) partilhados por 150 famílias.

Quanto maior o número de pessoas a partilhar um território, menos o indivíduo sente o direito a ele. Assim, quando os espaços são partilhados por um menor número de famílias, ou de indivíduos, facilmente se estabelece informalmente o tipo de comportamento e de uso que é adequado nesse local. Com um elevado número de pessoas, esse entendimento sobre o espaço não é de fácil consenso, acabando por não ser reconhecido nenhum uso preciso para além de espaço de circulação.

A imprecisão da pertença e do uso dos espaços que atribui um carácter de anonimato (pela dificuldade em estabelecer sentimentos de identificação com esse) leva a maior facilidade de intrusão de estranhos que aí podem cumprir práticas de vandalismo e criminalidade.

Para que um espaço seja defensível o seu ambiente físico tem que revelar capacidades de criar zonas de influência territorial e ser percebidas como tal pelos residentes; o projecto urbano tem que promover a percepção de uma identidade colectiva; o projecto tem que proporcionar a acção de vigilância dos residentes e facultar a justaposição de «zonas de segurança» na área abrangida pelo projecto.

3.2.1 Casos da aplicação dos Espaços Defensíveis

Os estudos de Newman foram aplicados nas estratégias de requalificação urbana de alguns bairros problemáticos, sendo introduzidas transformações nos espaços para que estes passassem a ter qualidades defensíveis, para dar resposta aos problemas de criminalidade e falta de redes sociais concisas.

No caso da Five Oaks Community, em Dayton, Ohio, a equipa de Oscar Newman deparou-se com o problema de tráfego de veículos intenso no interior dos bairros. Assim, o ambiente do bairro não proporcionava o sossego necessário a uma área habitacional. O valor das habitações baixou, não permitindo que na revenda se compensasse os custos da hipoteca. Com a migração dos donos, as casas eram alugadas mas com baixos níveis de manutenção devido às dificuldades financeiras de proprietários e moradores. Houve então um súbito declínio do bairro com a ocupação por pessoas de menores posses (pessoas com problemas de drogas e vendedores de drogas) que não exigiam grandes condições aos proprietários. Com o receio da proliferação do problema, o governo local contratou a equipa de Oscar Newman. A proposta sugeria a reestruturação de Five Oaks criando dez mini-bairros em que a maioria das ruas das zonas residenciais seria convertida em estradas sem continuação. Com menos fluxo de trânsito

automóvel e menor número de visitantes, os moradores teriam maior controlo do seu bairro e um melhor reconhecimento dos seus vizinhos e visitantes. Cada mini-bairro, com três a seis ruas, seria limitado por uma única entrada de acesso da via principal. Isto faz com que exista mais controlo sobre quem visita o bairro também. Estas zonas problemáticas eram muitas vezes frequentadas por vendedores de droga ou outros tipos de criminosos. Existindo apenas uma zona de entrada e saída, a possibilidade de interceptar criminosos era mais exequível e tornou-se muito mais arriscado a prática de crimes nestes bairros.

Em Five Oaks, estatísticas demonstram a diminuição dos casos de criminalidade (o tráfego automóvel reduziu 67% e o número de acidentes 40%, a criminalidade baixou 26% sendo de 50% a redução dos crimes violentos). Para além disso, este tipo de abordagem apresenta custos reduzidos que facilmente são compensados com as melhorias trazidas ao bairro. Os habitantes tiveram maior esperança nas possibilidades e futuro dessa área e foram feitos investimentos privados na recuperação de vários edifícios.

Outro projecto seguido pela equipa de Newman foi a reconversão de espaço público de um edifício de habitação em South Bronx, Nova Iorque. Esses espaços não serviam o edifício da maneira como foram projectados e em vez disso era ocupado por prostitutas e traficantes de droga. Parte da solução passou por privatizar oitenta por cento da área pública do edifício que passou a pertencer e a ser mantido por famílias individuais. Foram também atribuídos aos moradores os pátios das traseiras que, depois de vedados, passaram a ter acesso apenas pelo interior dos fogos. A fachada do edifício foi também modificada dando a cada unidade uma aparência diferente com variações de cor e textura.

Estas alterações fizeram com que os criminosos, que em tempos atormentaram os moradores deste edifício, não tivessem espaço para executar as suas práticas ou para se esconderem. Para esta redução de criminalidade contribuíram também os novos equipamentos de iluminação que expunham as suas práticas. Mais importante também é a participação activa dos residentes na denúncia dessas práticas que agora sentiam o espaço público existente como parte da sua esfera de influência.

Estes dois exemplos mostram o contributo das práticas de espaços defensíveis em zonas ambíguas (*sub-reguladas*) em bairros problemáticos. São acções de custo reduzido que se revelam eficientes contributos para a redução dos níveis de criminalidade e para o sentimento de comunidade, devolvendo o bairro aos seus próprios moradores, que passaram a assumir um papel participativo no seu controlo.

Por serem introduzidas características próprias a cada local, com a sua privatização e humanização, são dadas, como afirma Castells (2003), *identidades defensíveis que servem de*

refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de protecção contra um mundo exterior hostil (pg. 82).

4.

Estratégias

4.1

Proposta de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal

*“É um dado reconhecido que se os aglomerados urbanos mais consolidados podem dar prioridade a acções de **reabilitação** ou substituição do edificado, apoiando-se nas redes preexistentes, já os aglomerados mais fragmentados ou precários terão que dar prioridade a acções de **reurbanização** que estructurem o que nasceu ou cresceu casuisticamente, sem os suportes suficientes e, muitas vezes, sem cuidar das obrigações legalmente exigíveis às promoções.”*

Nuno Portas, *Políticas Urbanas II – Transformações Regulação e Projectos*¹⁷

O texto citado expõe os tipos de intervenção que podem ser aplicados em territórios já urbanizados. No caso das AUGI, em vez de processos de transformação do edificado existente, são requeridas acções de reurbanização que atribuam significado e estabeleçam ligações à restante cidade.

Qualquer intervenção altera a identidade de um território. Sendo uma área com características próprias e habitantes já sediados, é privilegiada neste trabalho uma estratégia pouco invasiva que estructure o território ao evidenciar as características já presentes. Elegem-se os elementos naturais do território e aspectos que promovam soluções aos problemas da cidade actual.

¹⁷ Portas, Nuno, *et al.* (2011), pg. 12

Em concordância com um plano de conjunto estruturador da AUGI, propõe-se a introdução de novos edifícios nos terrenos vagos e a atribuição de funções específicas a espaços existentes sub-aproveitados.

Estes princípios têm como objectivo promover a coesão social nestes territórios, melhorar a sua imagem e gerar espaços de actividades que integrem as AUGI na rede da cidade.

Para o trabalho foi escolhida a AUGI situada na Quinta da Arroja, em Odivelas, para desenvolver uma proposta de intervenção neste tipo de territórios. No entanto, pretende-se que seja considerado exemplo de aplicação de uma estratégia de intervenção, que poderá ser replicado noutras AUGI de características semelhantes.

4.2

Situação presente

O quê?

A AUGI da Quinta da Arroja revela-se uma zona de intervenção emergente por se constituir por fragmentos urbanos imprecisos, em descontínuo com os restantes espaços da cidade. Apesar de serem perceptíveis intenções de alinhamento de parte do edificado, o espaço público é pouco definido e apenas resultante das vias de circulação e terrenos ainda por ocupar.

A relação estabelecida com a restante cidade, que se desenvolve em direção ao centro, é marcada por dois elementos de forte presença, sugerindo um sentido de “barreira” de separação entre os territórios: a Ribeira da Póvoa/Rio da Costa e o viaduto que estabelece ligação entre a rotunda Arnaldo Dias e a urbanização Colinas do Cruzeiro.

Também a topografia do local se estabelece como elemento limitador do desenvolvimento desta AUGI: a área encontra-se instalada entre duas colinas, pontuadas por moinhos, cujas encostas de declive acentuado dificultam a construção de edifícios e intra-estruturas. Constituindo-se como uma linha de vale, ao longo da Quinta da Arroja desenvolve-se uma linha de água que conflui na Ribeira da Póvoa/Rio da Costa.

Quanto aos edifícios existentes, são na sua maioria de pequena dimensão (máximo de quatro andares). Os edifícios de habitação desta área são maioritariamente criadas voltadas para si próprias, existindo um maior individualismo nestes espaços. Praticamente todos os lotes têm uma parcela de terreno destinado a práticas agrícolas ou jardim e o edifício encontra-se cercado no interior do lote. Maioritariamente são moradias unifamiliares, isoladas ou em banda, ou edifícios de vários pisos destinados a diferentes famílias.

Cada lote, ao se constituir com imagem e tipologia própria sem coerência adequada ao contexto, contribui para a sensação de aparente caos e insegurança na AUGI da Quinta da Arroja. Para além da rua principal, de algumas árvores e do viaduto não existe nenhum eixo, ou elemento marcante, que contribua para a percepção de uma organização clara dos espaços.

Como resposta às necessidades habitacionais de populações migrante, as AUGI são compostas maioritariamente por edifícios residenciais. Há por isso um défice de equipamentos colectivos e de actividades desenvolvidas por entidades privadas. No caso da Quinta da Arroja, em funcionamento, encontra-se um café, um bar e uma oficina automóvel.

Apesar de existirem vários acessos à AUGI e de se localizar entre zonas importantes da cidade de Odivelas, a Quita da Arroja é ainda local de passagem e não de permanência.

4.2

Objectivos e princípios das acções

Para quê?

A proposta de acção a desenvolver neste território tem como objectivo consolidar a AUGI da Quinta da Arroja. Pretende-se que se constitua como bairro integrado na cidade de Odivelas e contribua para a qualificação dos modos de vida de habitantes e visitantes, tornando-se num local de actividades participativo na vida da cidade. Para isso é necessário definir a identidade da Quinta da Arroja e criar meios de ligação (físicos e sociais) dentro da AUGI e em relação aos territórios adjacentes.

O processo de requalificação do desenho urbano pretende consolidar o território sem desvirtuar a memória própria do local. A demolição de edifícios é feita apenas quando estritamente necessária e se revele fulcral para alcançar os objectivos do projecto. Os residentes são mantidos no local para preservar as relações de cidadania e comunitarismo.

É também pretendida a requalificação dos sistemas ambientais existentes (da Ribeira da Póvoa e da linha de água que aí afluí) para que estes elementos possam ser apropriados e contribuam de modo positivo para a imagem da Quinta da Arroja.

4.2.1 Melhorar a imagem / Estruturar o território

Como referido anteriormente nesta dissertação, a identidade do lugar onde vivemos também é relevante para a construção da nossa própria identidade, e os símbolos presentes no local em que vivemos são usados pelos outros para nos identificar.

Num território tão fragmentado e sem referências claras, surgem questões sobre a identidade destes lugares. Aí, o nosso papel será mais ou menos participativo, dependendo de como vemos reflectidas as nossas ambições no espaço que partilhamos com os outros.

Actualmente, a identidade da Quinta da Arroja é imprecisa. Ao problema da incoerência e variedade dos elementos construídos, acrescenta-se a falta de uma imagem pública representante da AUGI pela ausência de espaço público significativo. Sem espaço público não existe um lugar

de socialização, o que causa, consequentemente, a falta de interação e fechamento dos habitantes no espaço privado. O desconhecimento contribui para o medo e recusa.

É assim necessário mudar a imagem deste bairro de modo a que a sua identidade seja precisa, reconhecida e conotada positivamente. Não se pretende alterar a identidade por completo, mas antes, fazer sobressair as características existentes com potencial de definição da imagem e de estruturação do espaço.

Um dos elementos marcantes, presentes no território, é a via que atravessa a AUGI. Esta estabelece ligação entre a zona alta da Arroja e o centro de Odivelas, constituindo-se como eixo organizador, a partir da qual se desenvolvem vias perpendiculares que servem acesso a edifícios de habitação.

É perceptível a hierarquização do território por contrair um sentido mais reservado à medida que se distancia do eixo principal. Este sistema organizativo contribui para o fácil entendimento do tipo de espaço em que nos encontramos (mais público ou mais privados), mas os símbolos presentes na Quinta da Arroja nem sempre são claros nesta distinção. Alguns espaços em relação directa com a via principal apresentam dimensões reduzidas, de carácter intimista, não adequado ao sentido público desta via e a própria via não tem largura e espaço de passeio suficiente para que lhe seja atribuído o sentido de espaço público espectável.

Na proposta a desenvolver, este eixo será o elemento ligante das atividades públicas, aí desenvolvidas de modo pontual. Aos novos equipamentos a edificar será atribuída escala e dimensionamento que associamos ao local público, procurando dar relevo à definição dos diferentes tipos de uso dos espaços exteriores pelo contraste que estabelecem entre si.

A implementação de novos edifícios contribui também para aglutinar este território marcado pela fragmentação. Em contíguo com as vias de circulação e outros elementos ligantes, é possível ter uma leitura de conjunto pela inter-relação estabelecida e maior definição dos limites dos espaços exteriores.

Um lugar de destaque será o limite do território formalizado pela Ribeira da Póvoa e o Viaduto. Este momento, apesar de violento devido ao contraste de elementos e materiais, pode ser entendido como pórtico de transição entre a área central de Odivelas e a Quinta da Arroja, contribuindo para a delimitação do bairro e, como elemento marcante, para o reconhecimento e orientação dos frequentadores deste espaço.

A intervenção pretende melhorar a imagem da Quinta da Arroja, com a inserção de soluções pontuais que consigam trazer aos espaços abandonados vivências de cidade.

4.2.2 Interacção e integração

Para a criação de laços entre moradores da Arroja é necessário que sejam criadas condições para a interacção desses mesmos indivíduos, sendo neste caso dada maior relevância às interacções em co-presença que ocorrem de modo informal em ambientes públicos.

É a repetição de momentos de interacção entre os indivíduos que levam a estabelecer relações de interdependência e, consequentemente, ao sentido de integração. Para que a interacção ocorra com sucesso e seja possível o processo de integração, para além da compatibilidade entre as acções do indivíduo, é necessário que ocorra em conformidade com a utilização apropriada do espaço, e num contexto temporal oportuno.

Assim, a definição de características e significados particulares dos espaços (que se pretendem delimitados e providos de ambientes com significados específicos, associados a um particular modo de interagir) e dos tempos sociais (que correspondem também a determinados tipos e formas de interacção) contribuem para a estruturação do espaço e do tempo. Na presença de um contexto espacial preciso e reconhecível pelos indivíduos envolvidos, é garantida a interacção de significados reciprocamente compatíveis.

A caracterização física funcional do ambiente contribui não só para definição espacial, mas sobretudo para referenciação de um mapa mental orientador do comportamento dos utilizadores. São fornecidos os elementos simbólicos que permitem a implementação de uma “moldura” oportuna reguladora das acções e da interacção dos indivíduos.

“Numa democracia repudia-se o isolamento, exalta-se o desenvolvimento do indivíduo, espera-se que a comunicação entre grupos seja cada vez maior. Se um ambiente tem uma moldura visível e partes altamente características, a exploração de novos sectores não só é mais fácil mas também mais aliciante. Se se fomenta o aparecimento de ligações estratégicas de comunicação (como museus, bibliotecas ou locais de encontro), aqueles que normalmente não prestam atenção a tais factores podem, subitamente, ser tentados a saber o que se passa”

Kevin Lynch, *A imagem da cidade*

4.3

Procedimentos

Como?

Na AUGI da Quinta da Arroja não existe a clara presença de um elemento agregador de todo o território. Será esse o papel da intervenção a propor: gerar ligações a diferentes áreas (ligações visuais, espaciais e sociais). Para isso, os espaços públicos, exteriores ou interiores, são essenciais.

Estes espaços a propor incluem elementos (naturais e construídos) característicos, já presentes no espaço existente, para preservar a identidade do local, mas alterando o seu contexto de modo a ganhar um carácter público. Para conhecermos a AUGI, esta tem também que se dar a conhecer.

Como base, a intervenção propõe a criação de um eixo público, ao qual se associam três momentos claros, destinados à implementação de três equipamentos públicos distintos.

Com a implementação de actividades de diferentes áreas contribui-se para que a AUGI deixe de ser maioritariamente um bairro monofuncional e local de passagem, mas antes uma zona de interesse provida de equipamentos úteis a moradores e visitantes. Com o melhoramento dos acessos e vias é conseguida a fluência de pessoas e actividades entre a AUGI e diferentes partes da cidade.

4.3.1 Definição do espaço público

A rua que atravessa a AUGI desenvolve-se num percurso quase recto. O alinhamento criado é aplicado na proposta como orientador do espaço público destinado à população e promove a ligação visual entre os vários locais.

Em paralelo com esta via existe a linha de água. Actualmente, esta é quase imperceptível, por se encontrar maioritariamente coberta por vegetação ou infra-estruturas, mas propõe-se a sua exposição para que faça parte da imagem do espaço público. Para além de desvendar a linha de água, insere-se um alinhamento arbóreo de média densidade para dar visibilidade ao espaço natural aí existente. Enquanto a via e os alinhamentos estabelecem direcções precisas em ambiente artificial (mais funcional), a linha de água desenvolve-se de modo livre em ambiente natural (mais contemplativo).

No alinhamento referido, existem dois elementos pré-existentis marcantes a manter na proposta: um conjunto arbóreo de grande porte a meio da Rua das Rosas e o viaduto sobreposto à Ribeira da Póvoa. Ao manter estas árvores, preserva-se a referência ao passado do local e estas continuam a contribuir para facilitar a orientação no local. Para o caso do viaduto (que é um elemento irremovível) propõe-se o aproveitamento do espaço abrigado por este, como lugar de permanência e reservado temporariamente para práticas de comércio informal.

O material dos pavimentos do espaço público será, em continuidade com os usados actualmente na AUGI e no centro de Odivelas, a pedra calcária disposta em calçada portuguesa. Mantendo o material pétreo, mas com a alteração de tons, dimensionamento e estereotomia, é feita a distinção entre os diferentes tipos de espaço público.

4.3.2 Implementação de Equipamentos Públicos

No espaço público, apesar de a coexistência poder permitir o reconhecimento do outro, é necessária a interacção para haver o conhecimento e a identificação do outro. O estabelecimento de interacções entre indivíduos não é realizado de modo esporádico. É necessário um motivo para que a interacção seja consumada.

Como promotores de interacção, são propostos três edifícios, de carácter público, construídos em três pontos distintos ao longo do eixo principal da Quinta da Arroja. As funções elegidas para cada edifício estão associadas a actividades de grupo que promovam troca de experiências, bens ou serviços. Não servem apenas para servir a população moradora, mas para atrair populações vizinhas de modo a promover trocas entre bairros.

Como a situação presente das AUGI se caracteriza pela falta de equipamentos, sugere-se três temas distintos que procurem preencher essas lacunas: educação, saúde e comércio. Para o caso da Quinta da Arroja sugere-se um centro de fisioterapia associado a um centro geriátrico, uma ludoteca e um mercado.

Cada edifício é instalado num terreno vago, trazendo uma actividade específica a um espaço que se encontrava vazio. Aí é estabelecido um diálogo entre o edifício, o espaço público e elementos naturais (linha de água e vegetação) de modo a dotar esses conjuntos de características que lhes confira singularidade e uma imagem pública.

Estes momentos definem um ritmo na AUGI, por estabelecerem uma repetição de elementos ao longo do atravessamento deste bairro. Esta sequência de equipamentos, localizados de modo equidistante, contribui para a construção de uma imagem mental do

território. Posicionados em lotes confinantes com o cruzamento de vias, torna-os pontos decisivos na orientação e contribuirão igualmente para a concepção da imagem do bairro

Numa simulação de implementação deste plano, este deveria ser edificado de modo faseado para permitir a adaptação gradual dos moradores e controlo de despesas. Inicialmente seria dada importância ao arranjo dos espaços públicos exteriores com a definição de passeios e o tratamento das linhas de água. Para a construção dos equipamentos, propõem-se em primeiro lugar a edificação do mercado, que pelo efeito âncora pode atrair populações vizinhas a visitar e conhecer a Quinta da Arroja. No caso dos outros equipamentos, a sua construção e administração poderia ser de iniciativa público-privada (ou apenas privada) e iniciada quando a segurança financeira assim o permitisse.

4.3.2.1 Centro de Fisioterapia Geriátrico

O centro de fisioterapia pretende trazer à Quinta da Arroja um equipamento de saúde que não se isole sobre si mesmo, mas permita uma utilização regular por moradores e visitantes. A continuidade exigida pelos processos de tratamentos possibilita visitas recorrentes a este equipamento, e consequentemente à Quinta da Arroja. Para além de um serviço de cuidados de saúde, este edifício faculta também áreas para a prática de exercício físico de manutenção, abertas a toda a população. Para otimizar o uso do centro de fisioterapia, propõe-se a associação a um centro geriátrico para indivíduos com necessidades específicas deste tipo de tratamento.

O edifício desenvolve-se assim em duas partes: centro de fisioterapia, com acesso pela Rua Professor Dr. Bissaya Barreto (eixo principal da Quinta da Arroja) e o centro geriátrico, com acesso pela Rua Moinho da Arroja, situada no lado oposto. Esta distinção pretende atribuir um carácter mais privado à área destinada à permanência dos utentes. Permite também dotar o edifício de diferentes escalas que se adequam ao contexto envolvente: o centro de fisioterapia desenvolve-se num piso único de altura não superior aos edifícios vizinhos, que desenharam o alinhamento da rua; o centro geriátrico desenvolve-se em quatro pisos, estabelecendo a transição entre a Quinta da Arroja e o alto da Arroja, onde se encontram edifícios de maior altura.

A zona de centro de fisioterapia organiza-se em torno de um pátio que, para além das funções de distribuição de acessos e obtenção de luz natural, é espaço ao ar livre para práticas desportivas.

4.3.2.2 Ludoteca

As ludotecas são locais, direccionados para crianças, jovens e até mesmo adultos, onde se reúnem jogos e materiais lúdicos em ambiente controlado, para promover o desenvolvimento de actividades que explorem, num contexto informal, as potencialidades de cada um. Em geral, são compostas por diferentes tipos de espaços, organizados de modo a permitir actividades de grupo (como jogos de mesa), a criação de ambientes fictícios (para brincar ao “faz de conta”) ou a realização de *workshops*.

Brincar é um processo imprescindível no desenvolvimento da criança. Ao brincar, ou jogar, associa-se um processo de aprendizagem sobre diferentes situações reais aí simuladas, ajudando no desenvolvimento da inteligência e compreensão da criança e contribui para a sua realização e auto-conhecimento. Os ambientes escolares e familiares, nem sempre exploram os benefícios do brincar por não conseguirem fornecer espaço, tempo ou utensílios que potenciem estas actividades. As ludotecas, como espaço desenvolvido para reunir actividades lúdicas e com educadores especializados, devem ser tidas em conta como equipamentos importantes para o desenvolvimento educacional e cultural das crianças e jovens de uma comunidade.

Para além do desenvolvimento cognitivo, as actividades aí praticadas têm um papel importante no estímulo de formas de convivência compreensíveis e sustentáveis. Através do jogo é fomentada a interacção com diferentes indivíduos, ao assumir um papel de elemento integrador e meio de socialização. De modo casual são iniciados contactos sociais, que mais tarde podem ser fortalecidos e vir a fazer parte da rede social dos indivíduos, e assim contribuir para a criação de laços de confiança e identificação, para a valorização pessoal e do grupo.

As ludotecas são também espaços abertos a toda a população, podendo contribuir para redução das desigualdades sociais, ao oferecer as mesmas oportunidades a todos os utilizadores. Aí são estabelecidas regras básicas de socialização ao ser fomentado o respeito pelos outros e estimulado o valor da partilha de objectos e de conhecimento com os outros.

Crê-se que este modelo de equipamento possa constituir um importante pólo dinamizador e facilitador da interacção da criança com outros indivíduos e com o seu meio. Deste modo, considera-se um importante operador na melhoria das relações sociais de uma comunidade, entre os moradores e mesmo entre estes e os visitantes.

O edifício da Ludoteca proposto para a Quinta da Arroja localiza-se a meio do eixo estruturador criado. O acesso principal pela Rua das Rosas é feito por meio de uma ponte sobre a linha de água presente e o jardim aí criado. Estes elementos formalizam um espaço de transição/filtro entre a via pública e o espaço deste equipamento.

A Ludoteca desenvolve-se circundando um pátio (zona de brincar ao ar-livre) que estabelece ligação visual com o jardim. O percurso ao longo do interior do edifício pretende proporcionar espaços gradualmente mais reservados. Perto da recepção (com maior proximidade dos auxiliares de educação) encontra-se a sala de brincar, com marcações de limites (no chão e tecto) para potenciar diferentes ambientes e cenários para as várias brincadeiras. Mudando de direcção, ao contornar o pátio encontra-se o espaço de jogos de grupo de tabuleiro com mesas e estantes em espaços confinados e de menor dimensão. Na continuação dessa ala encontramos a zona de leitura. O piso superior, sobre o espaço de brincar, é reservado aos equipamentos multimédia (sala de cinema e espaço de computadores).

A ludoteca oferece também um espaço polivalente à comunidade que pode ser usado para *workshops*, actuações ou reuniões de grupos culturais. Esta sala é confinante com a ala de leitura e têm acesso directo para o exterior pela Rua da Quintinha da Arroja.

4.3.2.3 Mercado

Os mercados são equipamentos de especial relevo nas cidades devido à importância da sua função de abastecimento da população, associado ao seu valor histórico e simbólico de elemento destinado à troca de bens e reunião da população.

Estes lugares destinados a diferentes tipos de transações surgiram inicialmente de modo informal, com a instalação de pequenos *stands* de venda portáteis, ocupando espaços estratégicos nas povoações, como nós de vias principais ou praças, onde havia maior encontro de fluxos populacionais. Observa-se uma dependência natural (e funcional) na centralidade das trocas comerciais e culturais. No caso de antigas civilizações, os mercados instalavam-se primeiramente nos locais destinados a reuniões e assembleias populares, como na Ágora no caso grego e no Fórum no caso romano, decorrendo ao ar livre. Nestes dois exemplos, devido ao crescimento da actividade mercantil, as funções de mercado foram transferidas para edifícios adjacentes reservados para esta actividade.

Apesar de se continuar a realizar mercados ao ar livre, com os avanços constantes nas redes comerciais, os mercados foram ganhando um papel cada vez mais importante no contexto da cidade. Ao longo da história, esta tipologia foi acompanhando os desenvolvimentos socio-económicos, e com o aumento da população europeia e as melhorias das condições de vida do séc. XVIII, surgiram mais locais dedicados ao abastecimento da população e implementaram-se alterações nos mercados de modo a garantir maior controlo sanitário.

Com o período de industrialização e as exigências de abastecimento de uma população em constante aumento, resultaram várias alterações nas actividades mercantes. Era necessário o abastecimento cada vez mais rápido da população, e em resposta surgiram novos modelos de comércio como os super e hipermercados, que recorriam cada vez mais aos produtos estandardizados. Apresentavam espaços de vendas mais funcionais e preço de produtos bastante competitivos em relação ao comércio tradicional.

A evolução dos espaços de comércio seguiu na criação de espaços de maior área, reservados para uma elevada concentração de práticas de comércio, a que hoje chamamos centros comerciais, onde se vende praticamente todo o tipo de produtos e estão incluídos, adicionalmente, vários serviços e zonas de lazer. Os espaços são desenhados de modo cada vez mais funcional, para otimizar as actividades de comércio e estimular o consumo, ao possuir áreas de armazéns e abastecimento, e espaços para visitantes apetrechados de equipamentos e sistemas que promovem o conforto e a confiança dos utilizadores.

No entanto, este tipo de edifício isola-se sobre si próprio. O principal investimento é feito nos espaços interiores e o contexto urbano em que se insere acaba por ser ignorado. Geralmente

não são estabelecidas ligações com o tecido urbano em que se encontra, podendo até ser prejudicial para as atividades comerciais desenvolvidas na sua periferia, ao ser dada preferência aos centros comerciais em detrimento do comércio de menor escala.

A dimensão de um centro comercial conduz ao anonimato e à adopção de comportamentos estritamente funcionais. A sua visita é feita de modo temporário para satisfazer as necessidades (básicas ou momentâneas) e das trocas efectuadas não resultam vínculos afectivos.

A necessidade da troca induz o encontro e, sendo espaços destinados a estes encontros, podemos considerar os mercados como locais exemplares para a promoção de interacção social entre os utilizadores. As trocas aí efectuadas podem não ser apenas funcionais e de bens materiais mas também de afectos e conhecimentos, contribuindo para o estabelecimento de redes sociais. Um mercado aberto à comunidade e em diálogo com o contexto urbano pode contribuir para promover a criação de vínculos entre a sociedade e o seu meio.

Este é o objectivo do mercado a sugerir na Quinta da Arroja. Para isso, em vez de se propor um edifício único, o mercado associa-se num conjunto de edifícios cuja utilização é alargada ao espaço exterior, com o intuito de ser entendido como parte integrante do bairro. Este conjunto é ainda atravessado pelo eixo pedonal que estrutura o plano proposto para a AUGI.

Para além dos edifícios propostos para o mercado, participa também nessa actividade o espaço sob o viaduto. Este espaço já existente proporciona um local de abrigo que será reservado para as práticas de mercado levante, sendo proposta a deslocalização da feira da Arroja da Praceta Irene Lisboa (à data um descampado) para este local.

O viaduto existente é também elemento de referência para a definição da imagem do mercado, pretendendo estabelecer um diálogo de continuidade entre os novos edifícios e a estrutura existente. O sentido de cobertura, que protege e liga as actividades, está também presente no desenho dos novos edifícios que partilham uma “casca” envolvente de material comum (no caso chapa metálica expandida).

O Mercado desenvolve-se em três níveis (mais um subterrâneo de estacionamento) que proporcionam espaços de diferentes escalas. Na rua superior apresenta um edifício pontual, que referência na sua imagem e forma elementos das casas desta AUGI, no patamar imediatamente a baixo formaliza um pequeno pátio confinado pelos três edifícios, e descendo temos percepção da real dimensão do edifício num pátio que se vira para a Ribeira da Póvoa em direcção ao centro da cidade. A sua localização serve de charneira entre a Quinta da Arroja e a cidade.

5.

Conclusão

O equilíbrio entre cidade e campo tem sido um tema gerador de debate constante que proporcionou a criação de diferentes propostas urbanas, como as cidade-jardim. As AUGI fazem também parte de um tipo de território ambíguo, entre a cidade e o campo, por introduzirem no território urbano modos de vida e tipologias de edifícios característico de zonas rurais. Tendo em conta a sua morfologia, estes territórios revelam-se espaços peculiares dentro das cidades.

Devido à oposição clara ao modo de vida urbano, estes espaços revelam capacidade de produzir soluções aos problemas actuais da cidade. Este era o objectivo deste trabalho: criar uma proposta de requalificação de uma AUGI capaz de propôr soluções às patologias presentes da cidade.

Nestes dois tipos de território existe um problema comum de tendência para o isolamento. No caso das AUGI pelo reduzido uso do espaço público e nas cidades pelas rotinas e anonimato social.

A cidade é caracterizada pela diversidade e vasta oferta de serviços e oportunidades. Apesar dos benefícios, a vida em cidade exige a selecção dos elementos a reter, o que contribui para o desapego e anonimato. A utilização dos diferentes sítios é feita de modo estritamente funcional onde cada espaço é optimizado para ter determinada função e em que a interacção social é vista como improdutividade.

Apesar de a AUGI se compor por edifícios cuja tipologia associamos a territórios rurais, esta não apresenta os vínculos sociais a que lhe associamos. Os seus habitantes instalaram-se aí por necessidade sem se adaptar aos modos de vida da cidade, acabando por se fechar no próprio território e não se identificar com o meio envolvente.

Talvez estejamos a contribuir para um modo de vida menos comunitário e mais egoísta. As sociedades actuais estão cada vez mais dependentes de uma mobilidade constante e de um ritmo acelerado que põe em causa os vínculos sociais e as redes de amizade. Estes perdem força e encontram-se dispersos num vasto território, muitas vezes dissociado do sítio onde moramos.

Modos de vida tão fraccionados no espaço contribuem para o fracionamento da nossa própria identidade. Podemos identificarmo-nos com várias coisas, espaços e pessoas, mas estas serão associadas a diferentes ambientes e comportamentos.

O problema surge quando não vivemos nem nos identificamos com o sítio onde moramos e aí não são gerados vínculos sociais. A falta de sentido de comunidade e assistência entre vizinhos, e mesmo entre famílias, contribuem para um sentimento de insegurança e vulnerabilidade ao crime, levando ao abandono do espaço público destas áreas.

As alterações a propôr na AUGI da Quinta da Arroja ambicionam proporcionar situações de convívio em espaço público que, embora actualmente estejam a cair em desuso, são essenciais para o desenvolvimento humano e para a vida em comunidade. Apesar de a AUGI ser fortemente marcada pela descaracterização e abandono social, disponibiliza condições para que sejam criados ambientes fomentadores do encontro social. Parte dos edifícios e espaços públicos existentes possuem dimensionamento e organização que permitem o controlo informal, tal como é descrito nos espaços defensíveis defendidos por Oscar Newman, revelando-se contribuintes naturais para o sentimento de segurança e controlo nesses espaços. A intervenção pretende potencializar estas características e procurar soluções aos seus problemas (requalificar e regular) sem desvirtuar as particularidades que garantem a sua identidade.

A estratégia de implementação de equipamentos públicos revela-se essencial na criação de atractivos que vão de encontro aos interesses da população, para o surgimento de atividades e a promoção do uso do espaço público na Quinta da Arroja. Os três edifícios propostos contribuem para a definição de uma identidade reconhecível para a AUGI ao moldar vivências que aí poderão ocorrer.

As cidades são o reflexo da sociedade. No caso das AUGI, são a marca de um período de desigualdades e de difícil adaptação ao ritmo acelerado do crescimento urbano. Esse período passou e devemos agora integrar estes territórios segregados nas nossas cidades. Os processos de reconversão destes territórios procuram alterar a sociedade através das mudanças introduzidas na cidade, para que esta seja também o reflexo de uma cidade justa e bem planeado.

Anexos

A.1

Painéis Finais:

"Consideram-se AUGI os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de lotamentos, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro e que, nos respectivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º"

Ponto Número Dois do 2º artigo da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro



O processo de edificação de uma AUGI não é consumado "urbanizando" o rural, como é frequente observar nas zonas legais, mas "ruralizando" o urbano, ao construir à imagem dos modelos que as populações impulsionadoras tinham presente do território que deixaram. A moradia unifamiliar é a tipologia mais desejada e frequentemente provida de espaço para hortas e jardim.

A AUGI da Quinta da Arroja revela-se uma zona de intervenção emergente por se constituir por fragmentos urbanos imprecisos, em descontinuo com os restantes espaços da cidade. Apesar de serem perceptíveis intenções de alinhamento de parte do edificado, o espaço público é pouco definido e apenas resultante das vias de circulação e terrenos ainda por ocupar.

A relação estabelecida com a restante cidade que se desenvolve em direção ao centro, é marcada por dois elementos de forte presença, sugerindo um sentido de "barreira" de separação entre os territórios: a Ribeira da Póvoa/Rio da Costa e o viaduto que estabelece ligação entre a rotunda Arnaldo Dias e a urbanização Colinas do Cruzeiro.

Também a topografia do local se estabelece como elemento limitador do desenvolvimento desta AUGI: esta área encontra-se instalada entre duas colinas, pontuadas por moinhos, cujas encostas de declive acentuado dificultam a construção de edifícios e infra-estruturas. Constituído-se como uma linha de vale, ao longo da Quinta da Arroja desenvolve-se uma linha de água que conflui na Ribeira da Póvoa/Rio da Costa.

Quanto aos edifícios existentes, são na sua maioria baixos (máximo de quatro andares) e construídos em lotes com logradouros destinados a práticas agrícolas ou jardim.

Como resposta às necessidades habitação da população migrante, as AUGI são compostas na sua grande maioria por edifícios residenciais. Há por isso um défice de equipamentos colectivos e de actividades desenvolvidas por entidades privadas. No caso da Quinta da Arroja, em funcionamento, encontra-se um café, um bar e uma oficina automóvel.

As casas desta área são maioritariamente criadas voltadas para si próprias, existindo um maior individualismo nestes espaços. Praticamente todos os edifícios têm um bocado de terreno para cultivar e o edifício encontra-se por vezes cercado e dentro do perímetro do lote. Maioritariamente são moradias unifamiliares, isoladas ou em banda, ou edifícios com maior número de pisos destinados a várias famílias.

Cada lote tem a sua imagem e a sua tipologia que fazem desta AUGI um local de aparente caos e insegurança. Para além da rua principal, de algumas árvores e do viaduto não existe nenhum eixo ou elemento marcante e não é perceptível uma clara organização dos seus espaços.

Apesar de existirem vários acessos à AUGI e de se localizar entre zonas importantes da cidade de Odivelas, a Quinta da Arroja é ainda local de passagem e não de permanência.



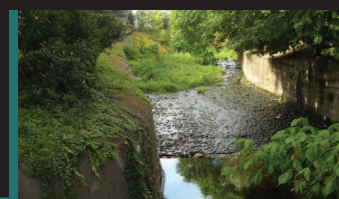
Áreas críticas do concelho de Odivelas

1. Pedrogãos
2. Horta das Ribeiras
3. Cavaleiro e Azenha
4. Borrageiro e Encosta da Eira
5. Cova da Pia
6. Arroja Velha
7. Quinta da Arroja
8. Pombais
9. Vertente Sul
10. Barrancho
11. Vertente Olival Basto

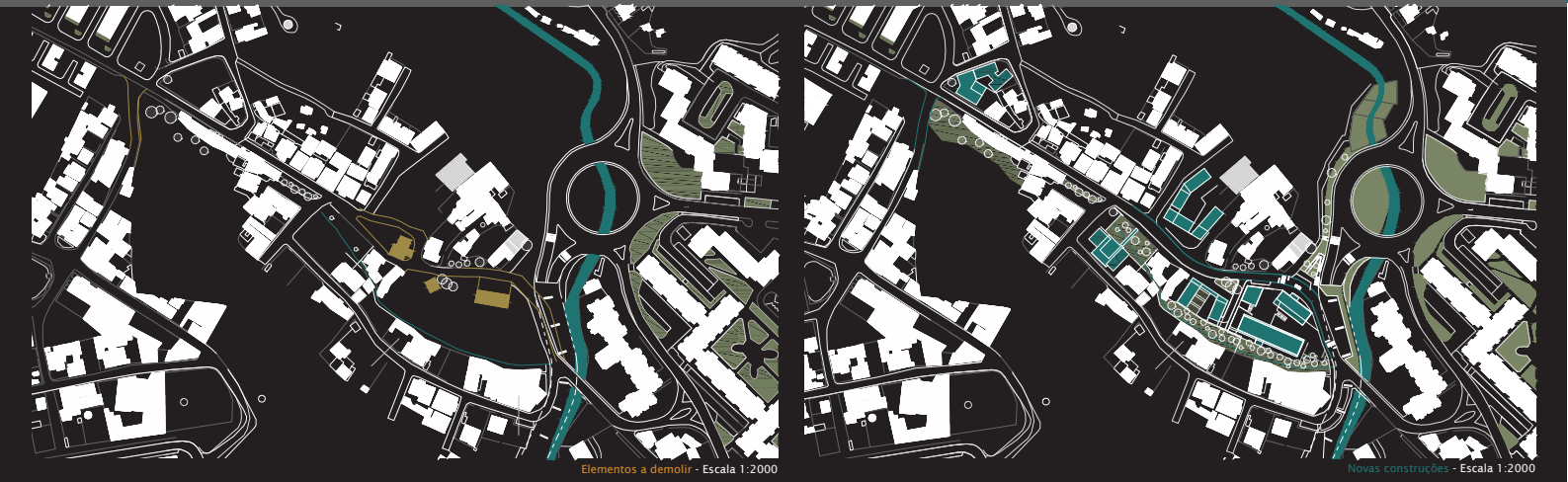


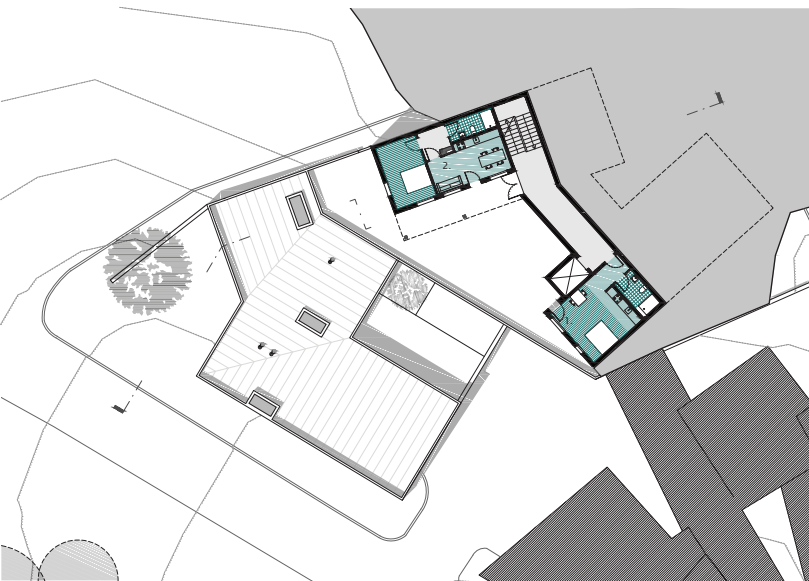
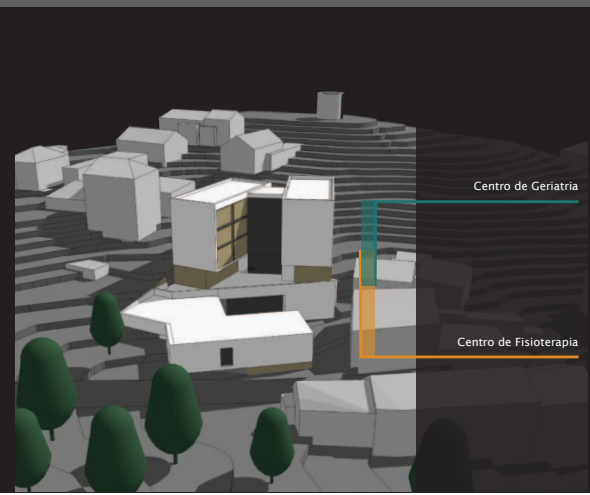
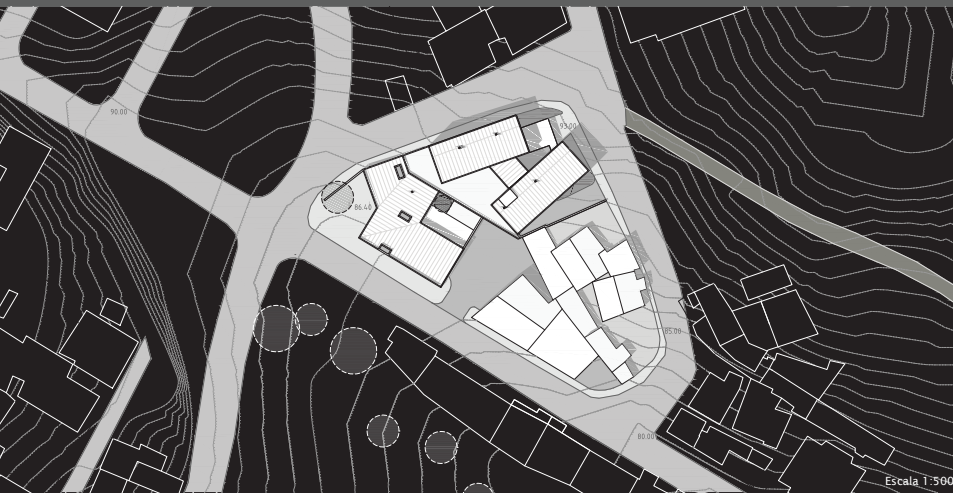
Legenda:

- Equipamentos de Cultura
- Equipamentos de Desporto
- Equipamentos de Apoio Social
- Equipamentos de Saúde: Cuidados de Saúde
- Farmácias
- Equipamentos de Administração Pública: Administração Central
- Administração Local









Piso 0



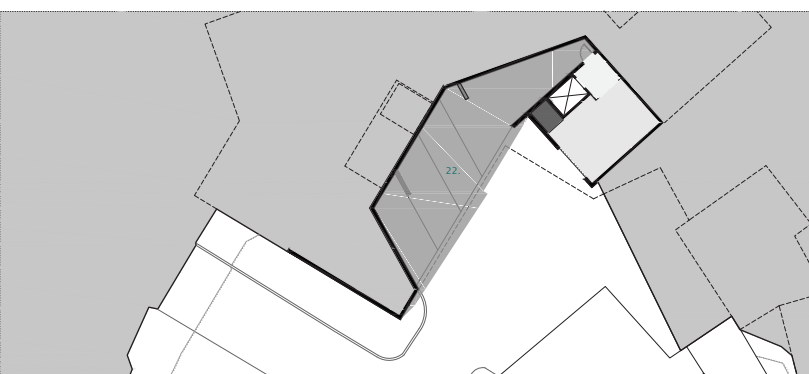
Piso 3 e 4 - Esc. 1:200



Piso 2



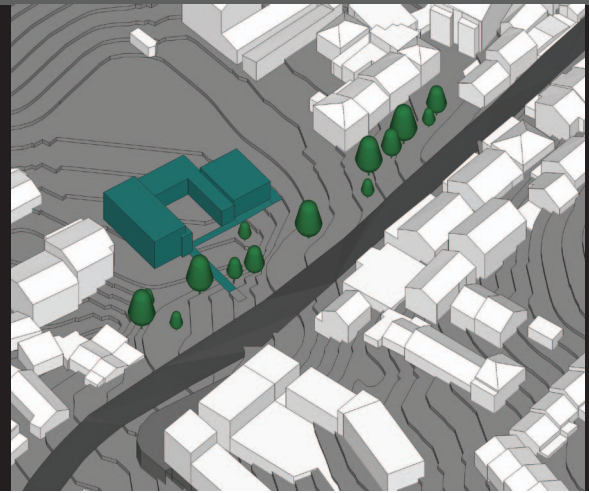
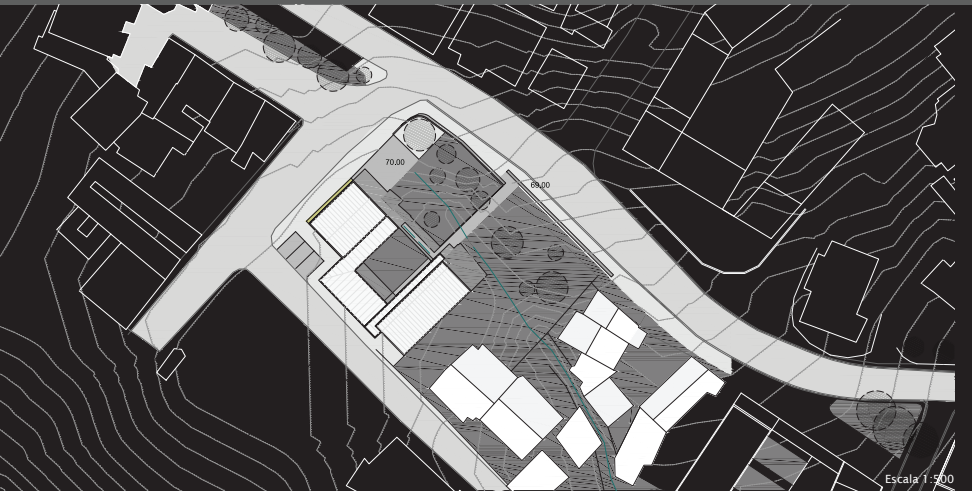
Piso 1 - Esc. 1:200



Piso -1

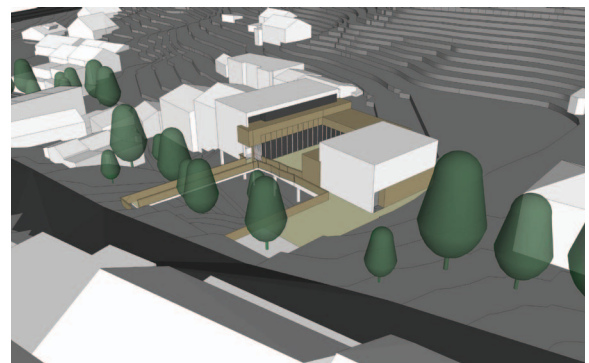
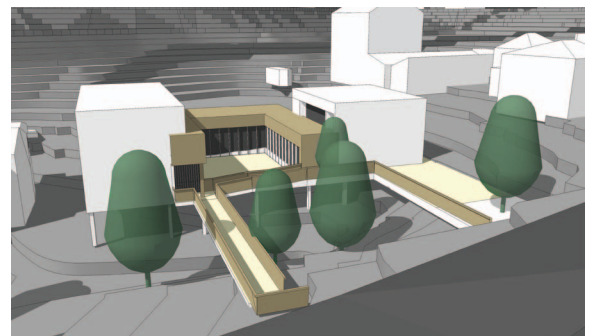


Corte transversal - Esc. 1:200



Planta piso 1 - Esc. 1:200

- 1. Sala Polivalente
- 2. Espaço Multimédia
- 3. Sala de vídeo e Televisão

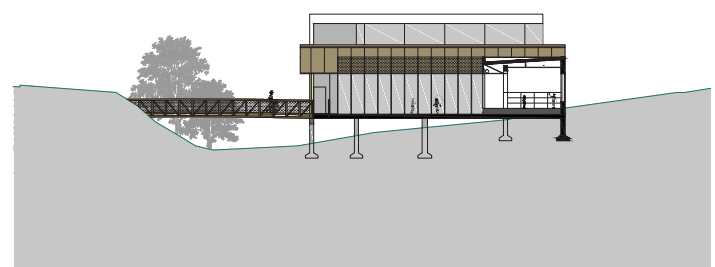


Planta piso 0 - Esc. 1:200

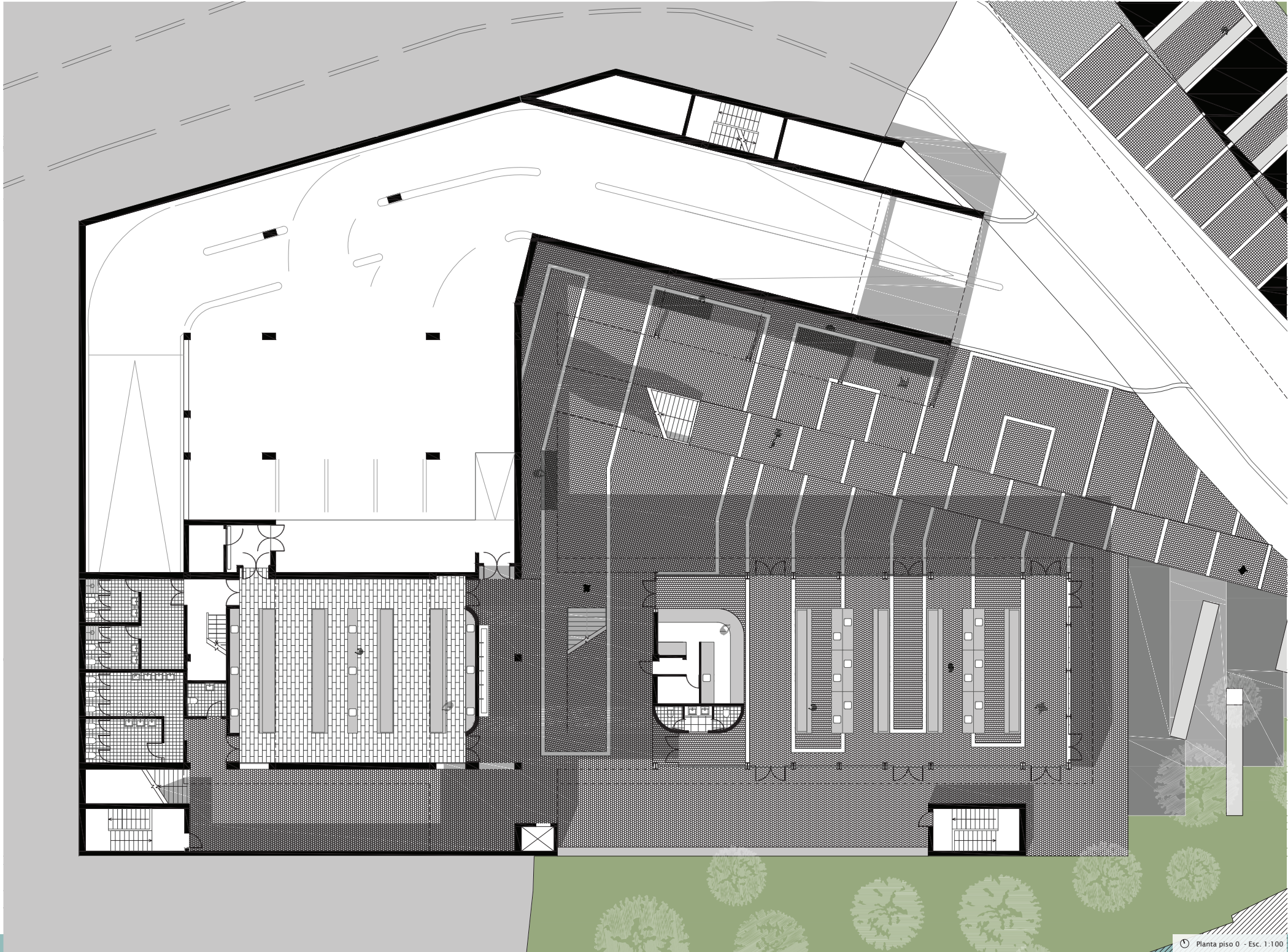
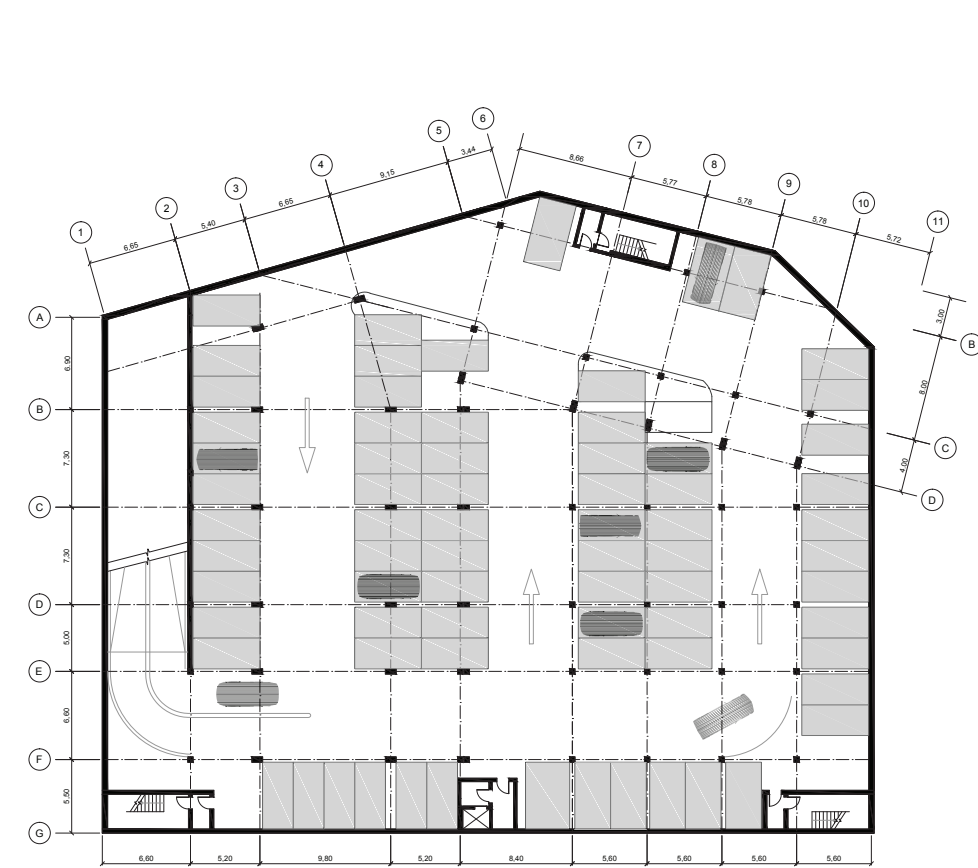
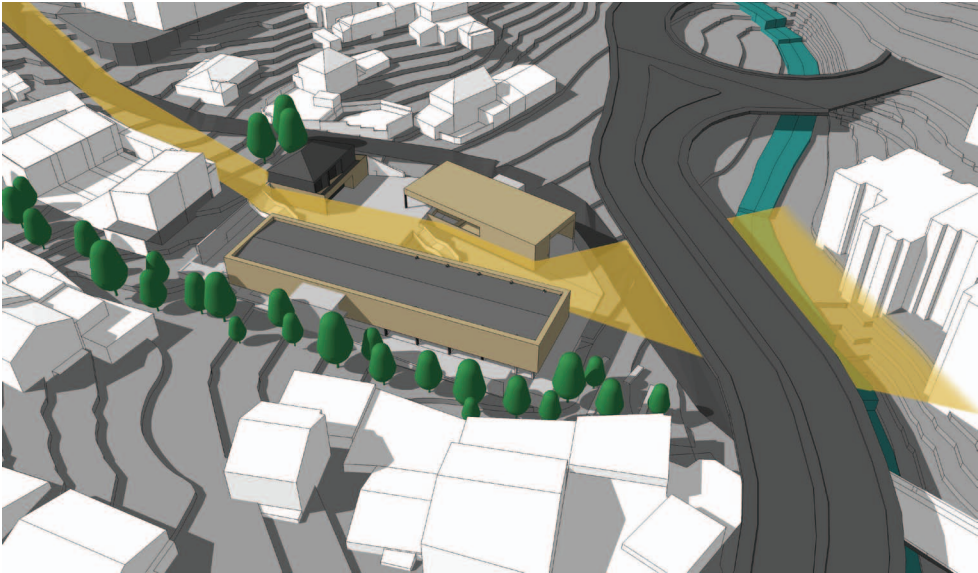
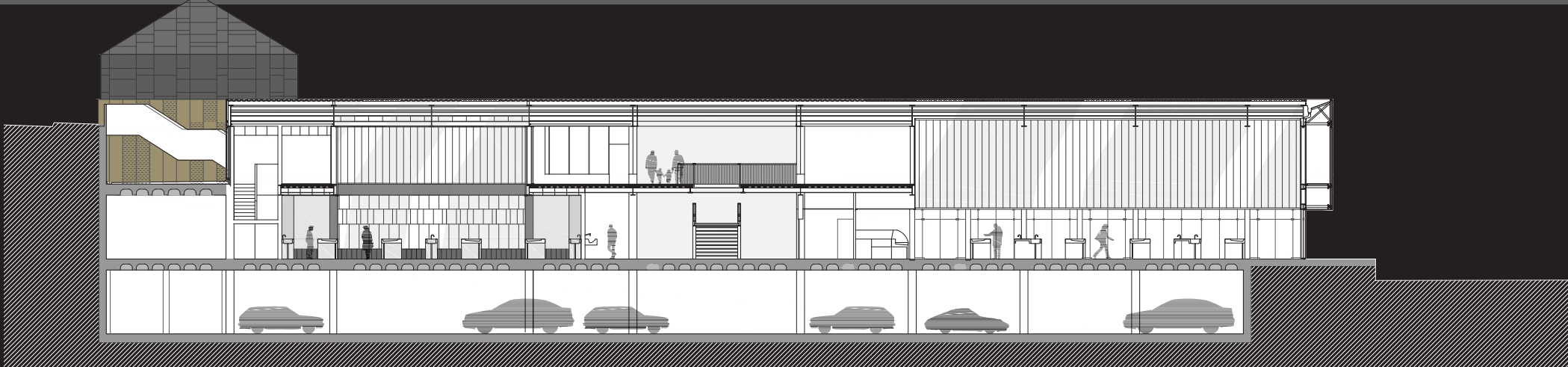
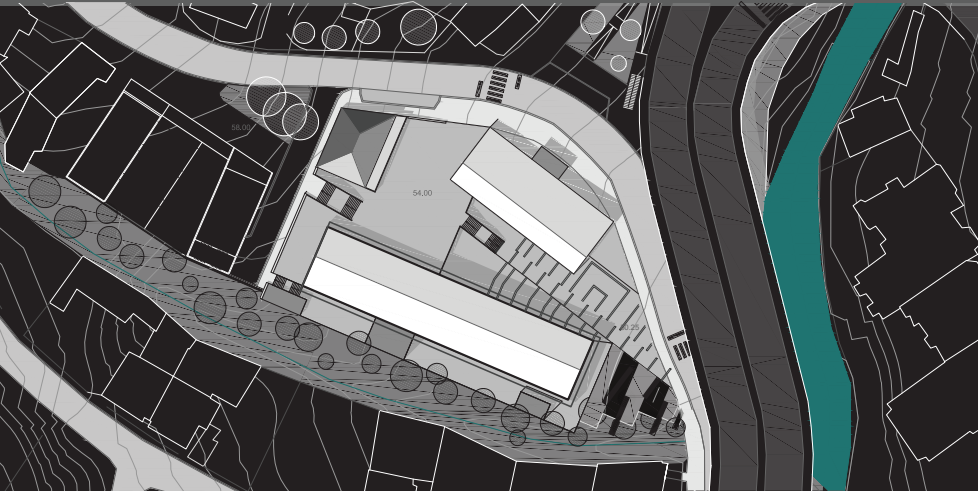
- 4. Recepção
- 5. Sala da Administração
- 6. Sala de Brincar
- 7. Sala de Jogos
- 8. Espaço de Leitura
- 9. Sala Polivalente

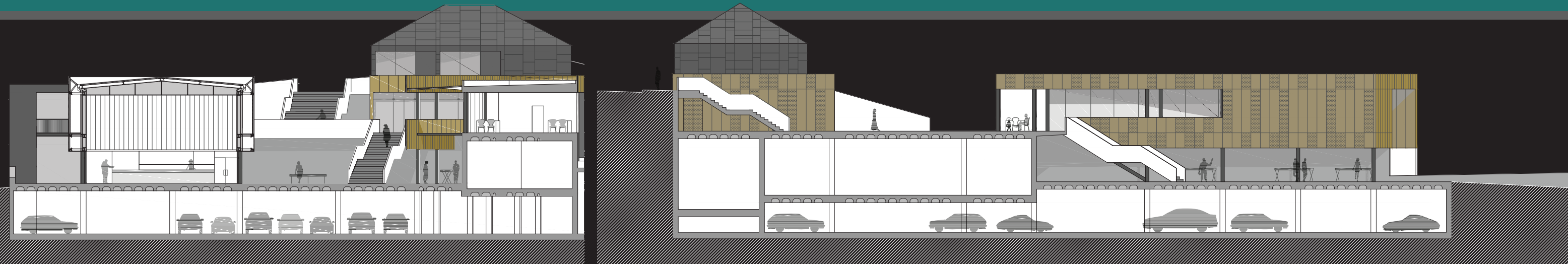


Corte AA' - Esc. 1:200

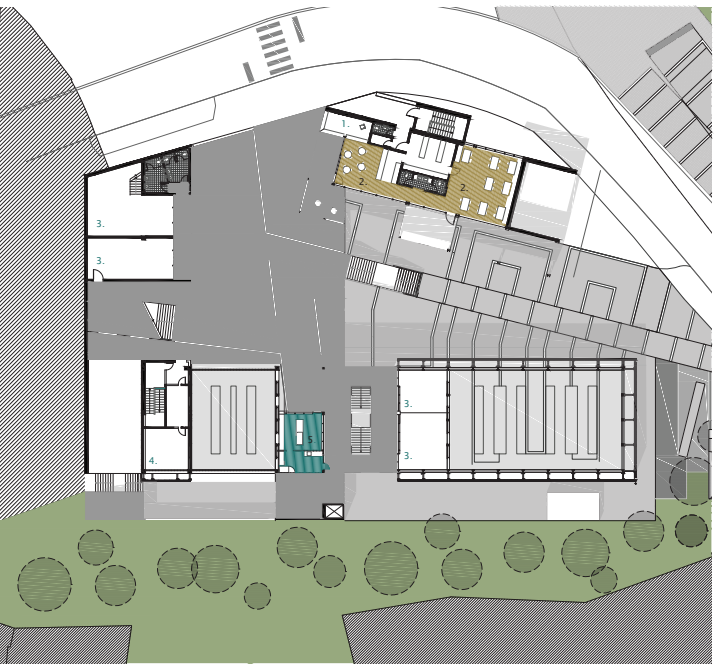


Corte BB' - Esc. 1:200

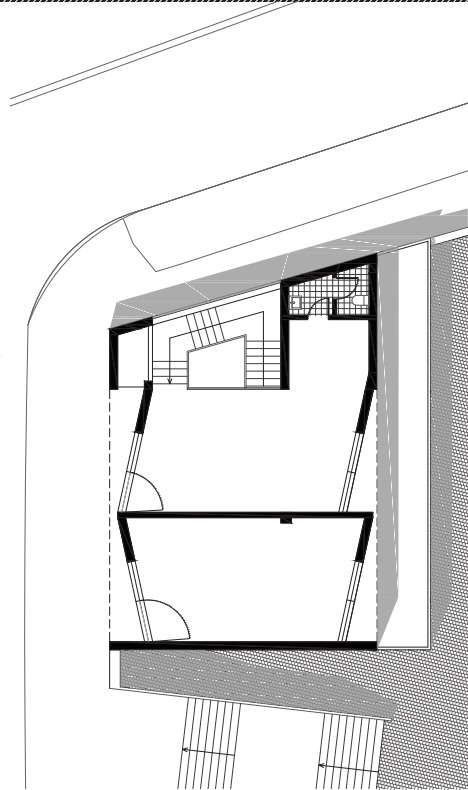




- 1. Quiosque
- 2. Café / Restaurante
- 3. Lojas
- 4. Administração
- 5. Padaria
- 6. Cargas e descargas
- 7. Piscina
- 8. Talho
- 9. Mercado
- 10. Espaço de mercado de levante



Planta piso 1 - Esc. 1:300



Planta piso 2 - Esc. 1:100



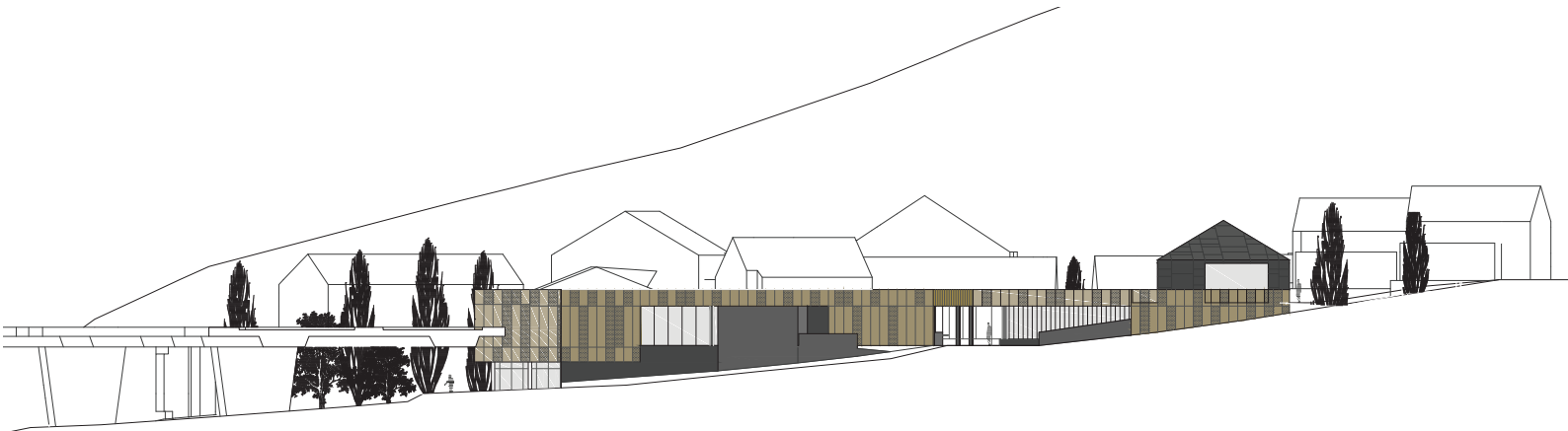
Planta piso 1 - Esc. 1:300



Planta piso 1 - Esc. 1:100



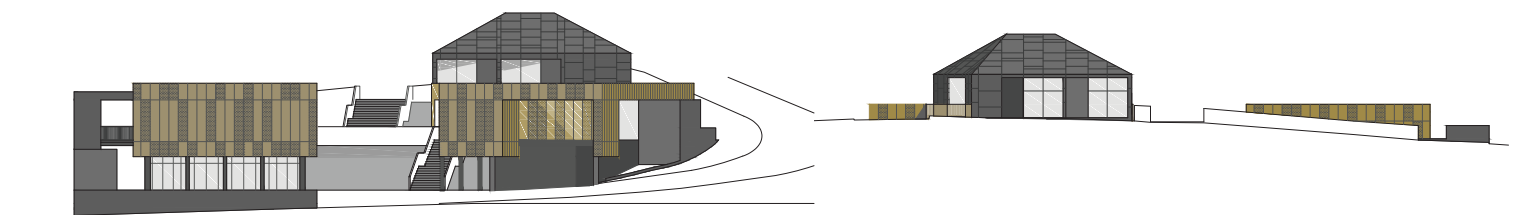
Corte Alçado - Esc. 1:200



Alçado Nordeste - Esc. 1:200

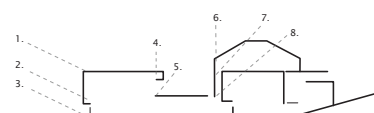
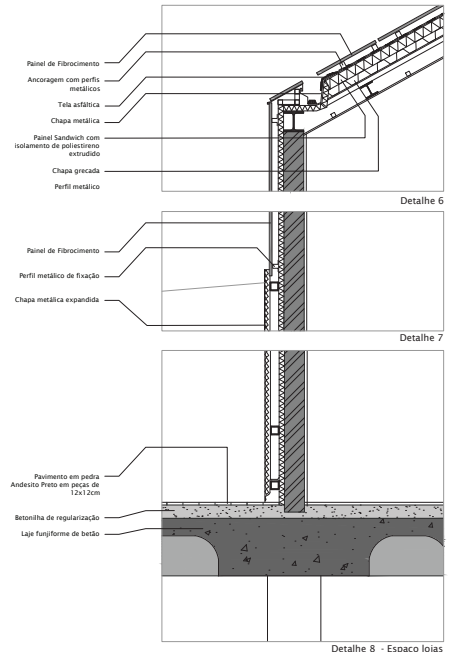
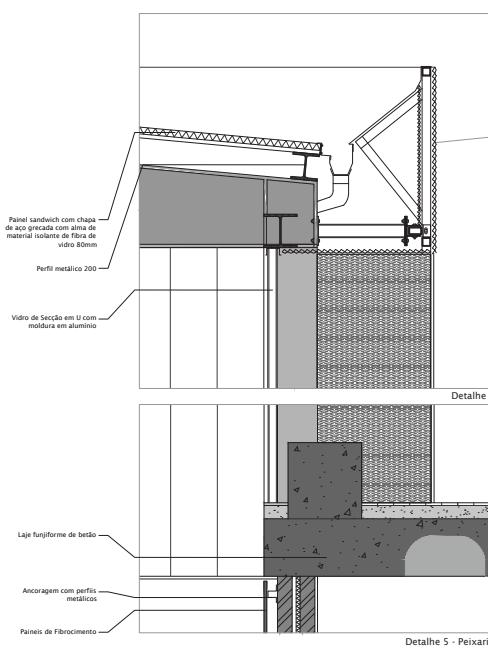
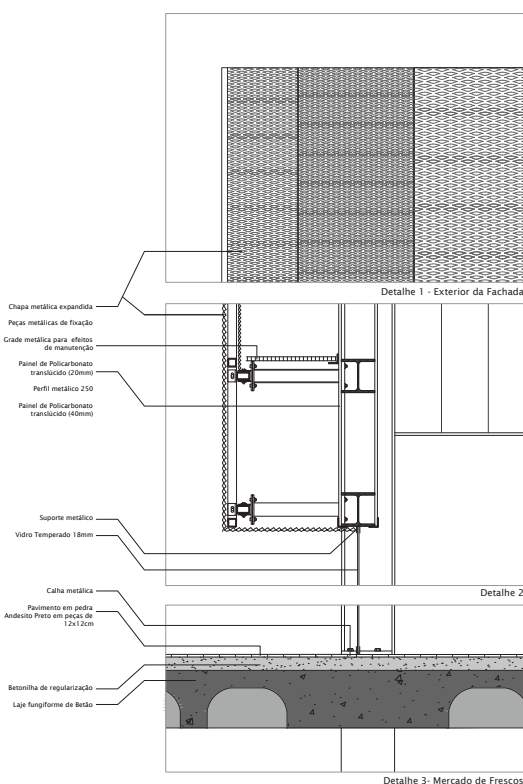
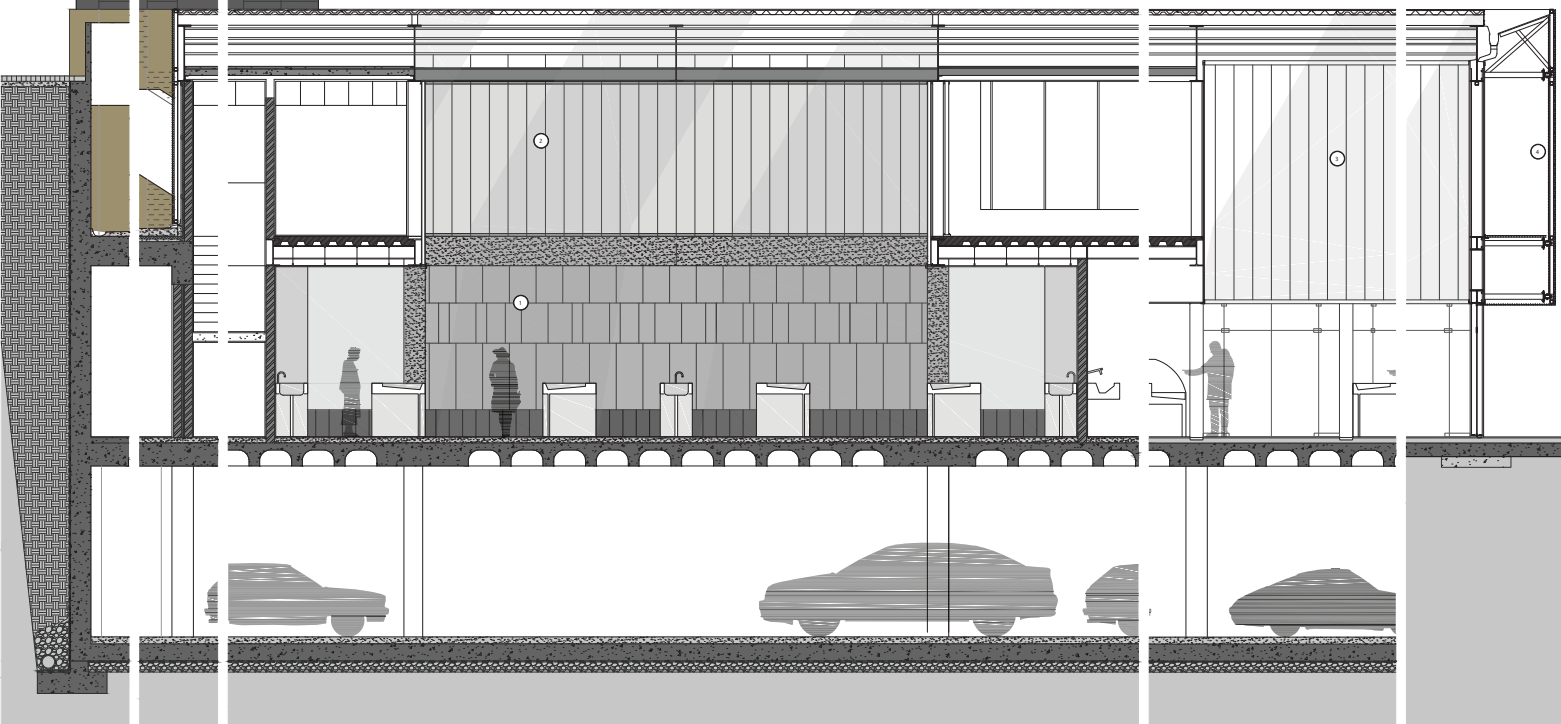
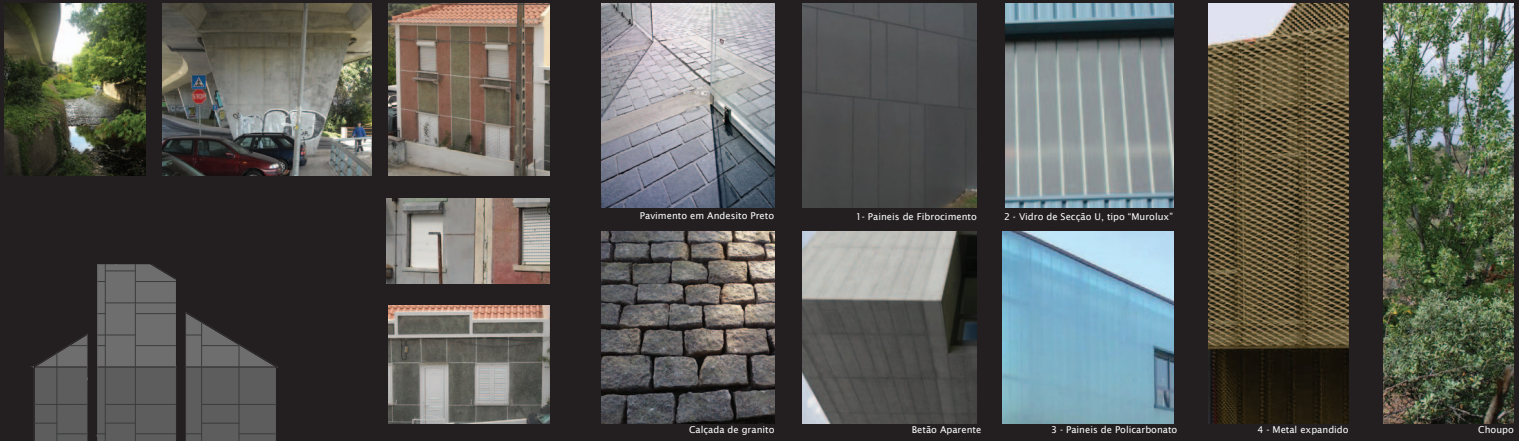


Alçado Sudoeste - Esc. 1:200



Alçado Sudeste - Esc. 1:200

Alçado Noroeste - Esc. 1:200

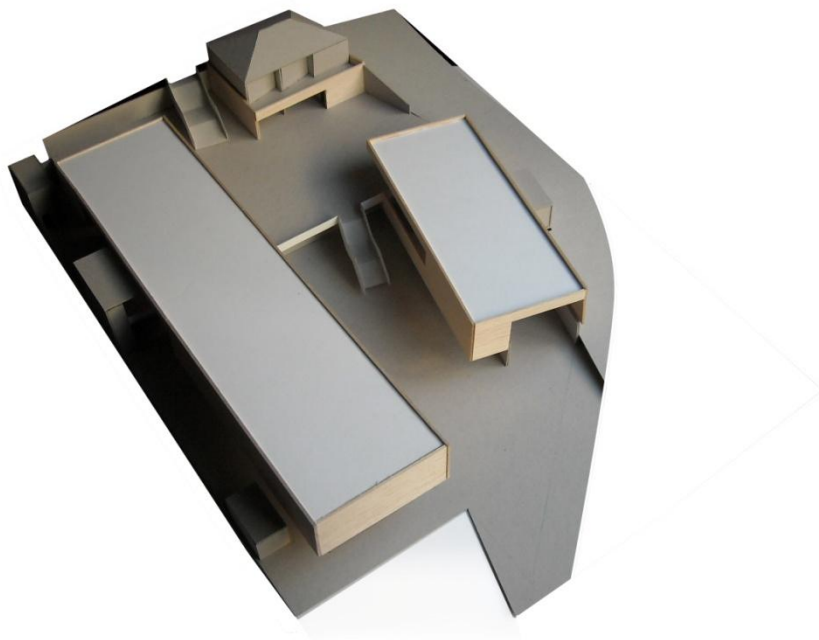


Detalhes construtivos - Esc. 1:20

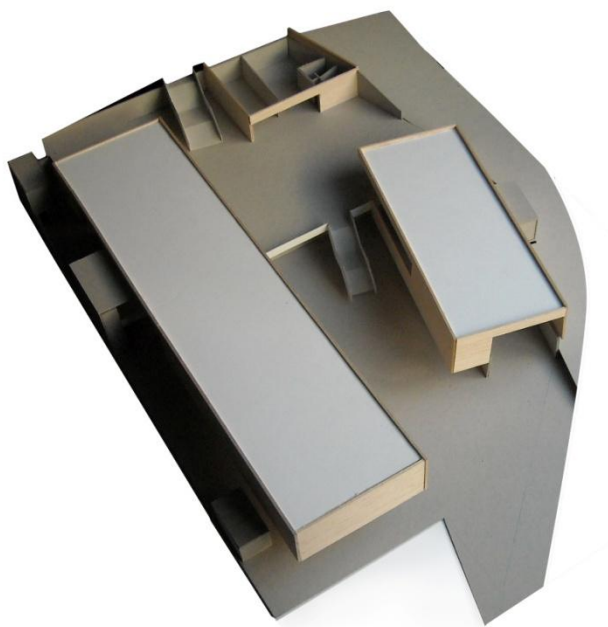
A.2

Maqueta 1:100

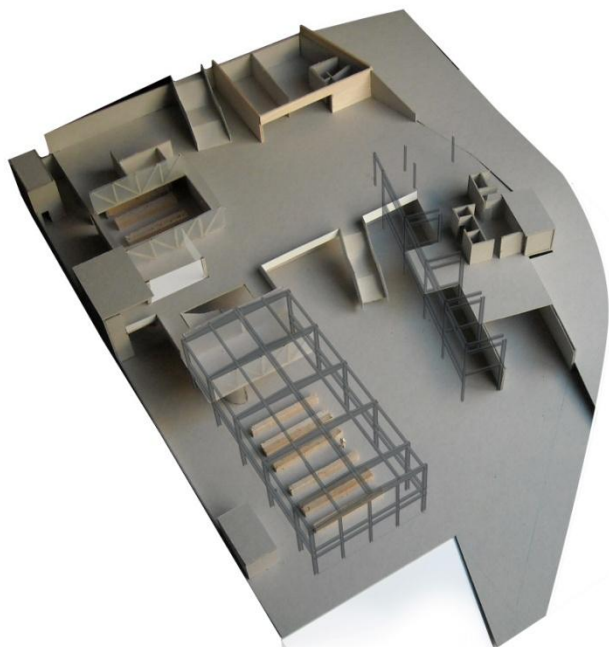
Mercado:



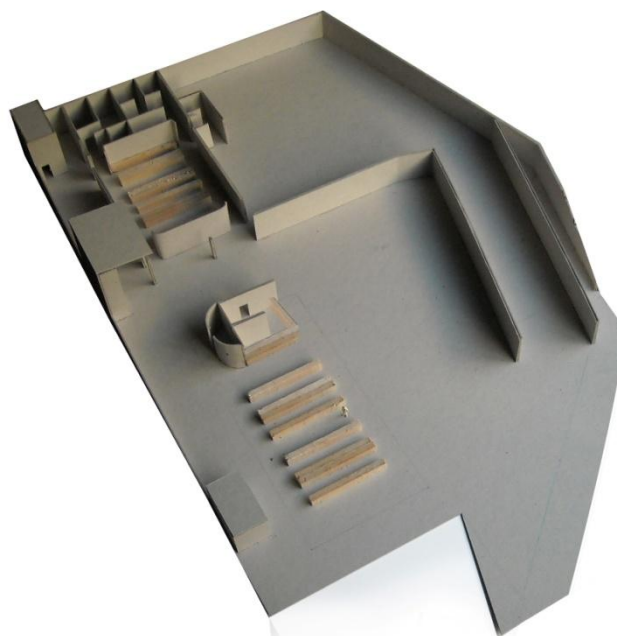
Coberturas



Piso 2



Piso 1



Piso 0



Foto montagens de inserção da maquete no terreno da intervenção